

PME – Plano Municipal de Educação

Aprovado pela LEI N° 1047/2015

1° Alteração LEI N° 1146/2017

2° Alteração LEI N° 1236/2019

3° Alteração LEI N° 1278/2020



PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS

Jose Lineu Gomes

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Angelita Fiori

COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Angelita Fiori

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO

Angelita Fiori

Gicele da Aparecida Bello Carvalho

Michele de Cássia Rossa Babinski

Roseli Aparecida Aires Pegoraro

Rubia Rossignol

CONSULTORIA

NRE – Núcleo Regional de Educação

JOSE LINEU GOMES

Prefeito Municipal

LUIZ ALCIDES WITTMANN

Vice-Prefeito

ERNA MULLER GOMES

Presidente da Câmara de Vereadores

VEREADORES MUNICIPAIS

ALTAMIRO SCHEFFER

ANGELO RUFINO

ELVIO SCHAFRANSKI

GABRIEL ESPINDOLA

IVONETE PRESTES MATEZECH

JOSÉ LUIZ WITTMANN

LUIZ CARLOS DUFFECK

SOELI TROCKY

ANGELITA FIORI

Secretária Municipal de Educação

GRUPOS DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA LARANJEIRAS

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA

Angelita Fiori

Gicele da Aparecida Bello Carvalho

Michele de Cássia Rossa Babinski

Roseli Aparecida Aires Pegoraro

Rubia Rossignol

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Angelita Fiori

Gicele da Aparecida Bello Carvalho

Michele de Cássia Rossa Babinski

Jaine Gdak

Rubia Rossignol

Roseli Aparecida Aires Pegoraro

COMISSÃO

Representante da EJA : **Leomar Caimi**

Representante Secretaria de Saúde: **Sarah Nayane da Rosa**

Representante Secretaria Finanças: **Lineu Junior Gomes**

Representante do Poder Legislativo: **Erna Muller Gomes**

Representante do Conselho Tutelar: **Marilise Forchesatto**

Representante de Diretores da rede Municipal: **Nildredes da Aparecida Martins Narloch**

Representantes de Diretores da rede Estadual: **Rosemara da Silva Moro**

Representante do Transporte Escolar: **Arcindo Ferreira Valgarenghi**

Representante CREAS: **Cleidiane Mioranza Ferreira**

Representante do Paraná Alfabetizado: **Salete Fiori**

Representante Educação do Campo: **Bento Machado**

Representante do Conselho Municipal de Educação: **Rubens Pinto de Souza**

Representante da Educação Especial: **Lucia Regina Braga**
Representante da Educação Indígena: **Suzana Gagmu Mineiro**
Representante do Ensino Superior: **Maikon Andrey Silva**
Representante da EAD: **Angelita Fiori**

Trabalho realizado em parceria com os profissionais da educação do município de Nova Laranjeiras, juntamente com os diferentes segmentos da sociedade.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASSAN	Associação dos Acadêmicos de Nova Laranjeiras
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APDs	Ações Pedagógicas Descentralizadas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAEDA	Centro de Atendimento Especial Deficiência Auditiva
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE/PR	Conselho Estadual de Educação – Paraná
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CF	Constituição Federal Brasileira
CND	Curso Normal a Distância
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Curso Normal Superior
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DA	Deficiência Auditiva
DF	Deficiência Física
DM	Deficiência Mental
DV	Deficiência Visual
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EP	Educação Profissionalizante
FINBRA	Finanças do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESDE	Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedades de Veículos Auto Motores
IRRF	Imposto sobre Rendimentos de Veículos Auto Motores
ISS	Imposto de Renda Retido na Fonte
	Imposto sobre Serviços

ITBI	Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis
ITDE	Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional
ITR	Imposto Territorial Rural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedores individuais
MG	Magistério
NS	Normal Superior
PAC	Posto Avançado do CEEBJA
PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PG	Pós-graduação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAC	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na idade Certa
PNAEI	Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria de Estado da Educação – Paraná
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental – MEC
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SMECET	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNINTER	Centro Universitário Internacional
VIZIVALE	Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	13
1.1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	13
1.2	ASPECTOS HISTÓRICOS.....	14
1.3	ASPECTOS POPULACIONAIS.....	16
1.4	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	18
1.4.1	Produção Agropecuária	19
1.4.2	Agricultura Familiar	20
1.4.3	Mercado de Trabalho	20
1.5	ASPECTOS SOCIAIS.....	22
1.5.1	Pobreza e Transferência de Renda	22
1.6	ASPECTOS CULTURAIS.....	25
1.7	ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	26
1.7.1	Matrículas de 2014	26
1.7.2	Matrículas de 2015	27
1.7.3	Taxas de Analfabetismo	28
1.7.4	Árvore do IDHM	28
1.7.5	Níveis de Ensino	29

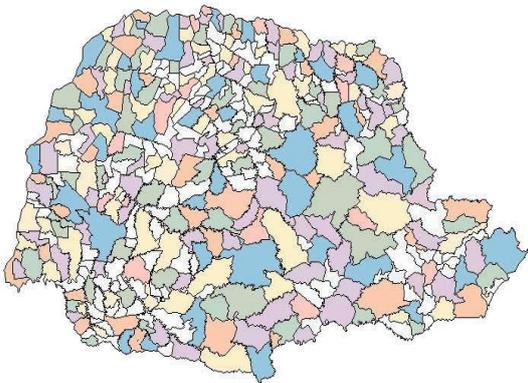
1.7.5 Educação Básica	29
1.7.5.1 Instituição de Ensino.....	29
1.7.5.2 Infraestrutura das Escolas.....	31
1.7.6 Educação Infantil	33
1.7.6.1 Diagnóstico.....	33
1.7.6.2 Instituição de Educação Infantil.....	33
1.7.6.3 Clientela da Educação Infantil.....	35
1.7.6.4 Recursos Humanos-Educação Infantil.....	35
1.7.7 Ensino Fundamental	36
1.7.7.1 Diagnóstico.....	36
1.7.7.2 Clientela do Ensino Fundamental.....	36
1.7.7.3 Recursos Humanos-Ensino Fundamental/Anos Iniciais.....	37
1.7.8 Ensino Médio	38
1.7.8.1 Diagnóstico.....	38
1.7.9 Ensino Superior	39
1.7.9.1 Diagnóstico.....	39
1.7.10 Educação de Jovens e Adultos	39
1.7.10.1 Diagnóstico.....	39
1.7.11 Educação a Distância	41
1.7.11.1 Diagnóstico.....	41
1.7.12 Educação Especial	41
1.7.12.1 Diagnóstico.....	41
1.7.13 Educação Indígena	42
1.7.13.1 Diagnóstico.....	42
1.7.13.2 Instituições de Ensino Indígenas.....	43
1.7.13.3 Clientela da Educação Escolar Indígena.....	43

1.7.14 Educação do Campo	44
1.7.14.1 Diagnóstico.....	44
1.7.14.2 Instituição de Ensino Situadas no Campo.....	44
1.7.15 Magistério da Educação Básica	45
1.7.15.1 Diagnóstico.....	45
1.7.15.2 Vencimentos dos Professores-Jornada de 20 Horas.....	45
1.7.15.3 Recursos Humanos-Rede Municipal.....	47
1.7.16 Financiamento e Gestão	47
1.7.16.1 Diagnóstico.....	47
1.7.16.2 Impostos, Recursos Públicos Destinados a Educação.....	48
2 METAS E ESTRATÉGIAS	49
3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	78

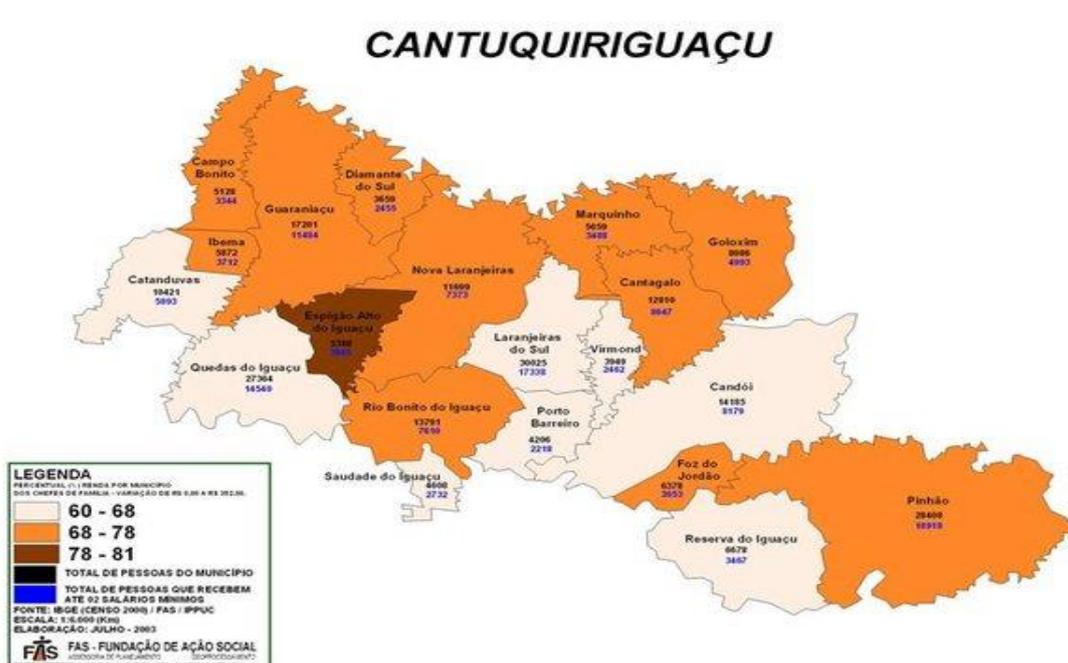
1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O Município de Nova Laranjeiras compreende uma área de 1.192 km² representando 0.57 % do Estado, 0.20% da região e 0.014% de todo território brasileiro. A sua altitude é de 713 metros, com latitude de 25° e longitude 52°. O clima predominante é o subtropical, úmido e mesotérmico.



A distância entre Nova Laranjeiras a capital do Estado é de 390 quilômetros, já a distância entre o município e o porto de Paranaguá é de 481 quilômetros, sendo que o aeroporto mais próximo localiza-se em Cascavel, a aproximadamente 119 quilômetros. Ambos os acessos são realizados pela BR 277.



Os limites do município são: ao norte com Laranjal, ao sul com Rio Bonito do Iguaçu, ao leste com Laranjeiras do Sul e a oeste com Guaraniaçu. Nova Laranjeiras pertence à microrregião Cantuquiriguaçu que abrange vinte municípios.

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Em entrevistas realizadas com a população em geral constatou-se que não existe um histórico definido do nome “Nova Laranjeiras”, a única justificativa encontrada foi a de que o nome sofreu influências de um morador muito respeitado na época, o senhor Ely Antônio Nardello, que teria sugerido o nome de Nova Veneza, mas devido à interferência de um outro morador polonês, chegaram à conclusão de que, como Laranjeiras do Sul estaria desmembrando um de seus distritos, uma “Nova Laranjeiras” estaria surgindo.

A história registra que a primeira construção, em 1947, foi um hotel, hospedagem dos mascates e motoristas que transportavam madeira para a construção da ponte que liga o Brasil ao Paraguai. O Sr. João Karpinski era o dono deste primeiro hotel e também primeiro comerciante do Rio das Cobras. Em 1947, começaram a se deslocar as famílias do norte do Rio do Grande do Sul, principalmente de origem italiana, para esta localidade. O primeiro a adquirir terras foi o Sr. Avelino Badotti. Os novos povoados traziam, quase sempre, alguns recursos peculiares para sua instalação, plantavam cereais, criavam suínos e gado. O cultivo era feito em pequenas áreas pela própria família, a maior produção da década de 50, na região, foi o trigo que além da cultura de subsistência era o mais comercializado, cultura essa que atualmente está em último lugar na produção, devido à falta de estímulo do governo na década de 70, sendo que a região, devido ao clima, é próprio para este cereal. Também na época era plantado milho, arroz e feijão como cultura de subsistência. Os meios de transporte utilizados eram cavalos e carros de boi, e tinham como cultura o artesanato. A primeira indústria foi de propriedade do Sr. Avelino Badotti e Virgílio Macarini, construída em 1957 para o aproveitamento da Araucária e madeiras de lei derrubadas para o plantio. A falta de mão-de-obra para prestar trabalhos na indústria fez com que viessem para Nova Laranjeiras (Rio das Cobras) os primeiros operários. Com a instalação da indústria e devido à distância dos maiores centros é que foi instalado o primeiro comércio tendo

como proprietário o Sr. João Ribeiro de Camargo (João Milico). Logo que se estabeleciam, os imigrantes eram empregados na construção de estradas em suas respectivas colônias. Entre o período de 1955 e 1972 a energia consumida era gerada por motores a óleo diesel, além dos tradicionais candeeiros com gordura de porco dentro de um recipiente com um pavio e os lampiões a querosene. Na história de Nova Laranjeiras não podemos deixar de destacar a fundação da Copel, que em 1973 inaugurou a primeira rede elétrica fazendo gerar motores da indústria Céu Azul Madeiras, dando assim um grande impulso no progresso e bem estar social da então Vila Nova Laranjeiras. A partir daí, a Copel criou um programa de crescimento no sentido de levar energia, também, para o homem do campo evitando o êxodo rural da nossa população.

Em 13 de março de 1962, pela Lei nº4556 foi criado o Distrito de Nova Laranjeiras, sendo um Distrito Administrativo e Judiciário de Vila Nova Laranjeiras, conforme o artigo 5 da referida Lei, onde fica criado no Município de Laranjeiras do Sul o nome e seguintes divisas: partindo do Rio União, segue por este até cair no Rio das Cobras, deste ponto por linha seca pela divisa da Campanha Agrícola Industrial do Iguaçu até cair no Rio Xagú e por este até a ponte do Rio Guarani da Estratégica, subindo pela estrada da Erveira, até alcançar a Serra dos Macacos, dividindo por linha seca pelo Divisor da Erveira até divisa do Cocho Grande, então ligando a Serra da União ao ponto de partida.

Na mesmo ano foi criado o Cartório, na Gestão do Prefeito Municipal Alcindo Natel de Camargo, sendo o primeiro Cartorário o Senhor Ely Antônio Nardello. A primeira pessoa registrada foi Floraídes Maria Provin, em 13 de agosto de 1962. Desde o ano de 1964 o Distrito tinha seus representantes políticos na Câmara de Vereadores. O primeiro Vereador foi Virgílio Macarini que exerceu o cargo entre 1964 e 1968. O segundo Vereador foi Alfredo Badotti exercendo o cargo entre 1968 e 1972. O terceiro foi Taylor Antônio Cachoeira exercendo o cargo entre os anos 1972 e 1976. Na sequência vieram Nélvio Veronese, eleito pelo Partido Arena, sendo Presidente da Câmara de Vereadores onde exerceu o cargo até 1982, posteriormente o Senhor Adão Dutra Boeira atuou como Presidente da Câmara de Vereadores. Entre os anos 1989 e 1992 foram vereadores do Distrito de Nova Laranjeiras Maria das Neves Rosa (PMDB), Nelci Veronese (PTB), Antônio Leonel Onetta (PFL), e pelo Distrito do Guarani da Estratégica José Lineu Gomes (PMDB), Argemiro Lorençatto (PMDB), lembrando que nos anos anteriores foram vereadores

pelos Distritos, Antônio Ribeiro de Oliveira, Arnaldo Gomes de Salles, Pedro Alves e Lorival Silva.

Em 16 de maio de 1990 pela Lei nº 9249 que alterada a redação do artigo 1 desta Lei nº 9478 ficou criado o Município de Nova Laranjeiras com território desmembrado do Município Laranjeiras do Sul, ficando sua sede na localidade de Nova Laranjeiras com as seguintes divisas: inicia na Barra do Rio União com o Rio das Cobras, até a ponte do Rio Xagú passando a estrada da Fazenda Velha, numa distância de aproximadamente 14.250m rumo de 72º 00 SE, confrontando a Barra do Tigre com o Arroio dos Macacos, subindo por este até encontrar outro arroio a esquerda que vai até a sua cabeceira. Seguindo por uma estrada secundária até a encruzilhada da estrada da Erveira, rumo a Laranjeiras do Sul até a cabeceira do Rio Lambedor, descendo por este até encontrar o Rio Barreiro, que desce até o Rio Piquiri e se encontra com a Barra do Rio Cascudo confrontando com o Município de Palmital, subindo o Rio Cascudo até sua cabeceira, desce numa linha seca de aproximadamente 4.500m rumo N-S, até a cabeceira do Rio Guarani, descendo o Rio Guarani até a divisa do Município de Guaraniaçu e Espigão Alto, confrontações estas com o Município de Guaraniaçu, seguindo uma linha seca de 1.500m de distância, rumo 86º 30º SE até se encontrar a antiga estrada Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, seguindo até o Rio União, descendo até o ponto de partida confrontando com o Município de Espigão Alto.

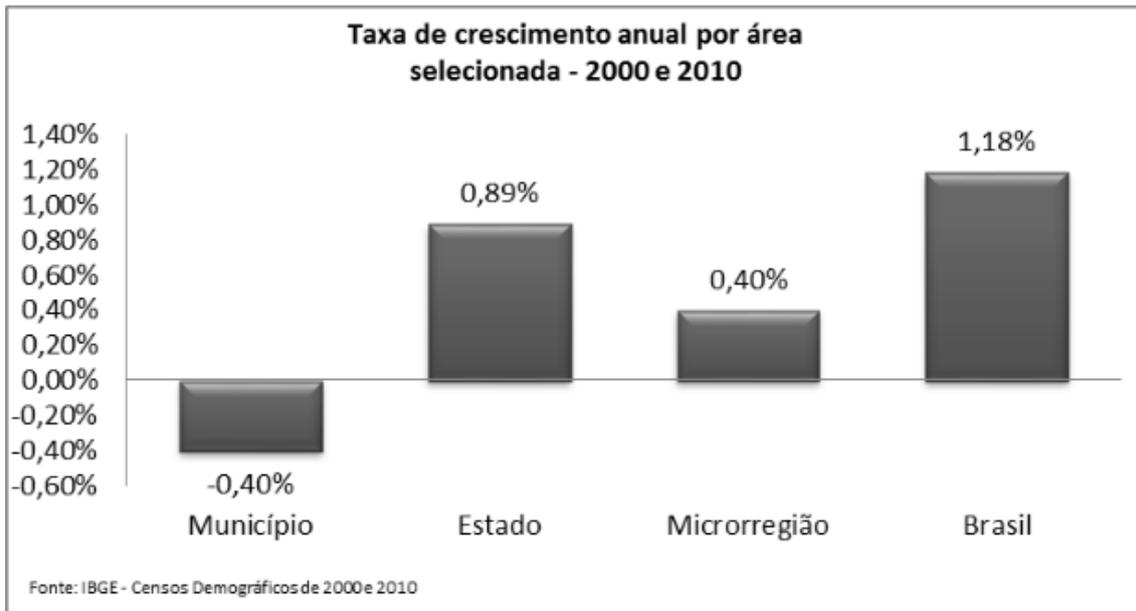
A instalação do Município foi realizada no dia 1º de janeiro de 1993. A partir deste momento Nova Laranjeiras passou a apresentar um grande desenvolvimento diante da região, sua população acreditando no Município passou a investir na agro industrialização, na educação e agricultura.

Sete anos depois de sua criação, o Município sofreu as consequências de um forte vendaval que arrasou a cidade no dia 13 de junho de 1997, resultando em estado de calamidade pública conforme Decreto nº078/97. O Município teve seus quadros: urbano e rural destruídos, verificou-se um total de 200 residências destruídas, além dos pontos comerciais e órgãos públicos.

1.3 ASPECTOS POPULACIONAIS

Segundo dados do boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos

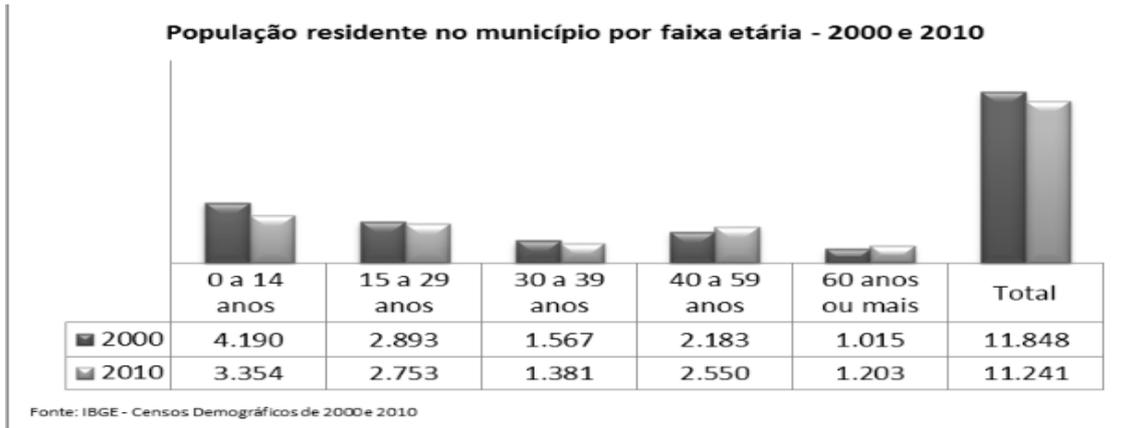
de 2000 e 2010, à taxa de – 0,40% ao ano, passando de 11.699 para 11.241 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,89% ao ano e inferior à cifra de 0,88% ao ano da Região Sul.



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 15,44% e em 2010 passou a representar 21,1% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 1,7% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 8,7% da população, já em 2010 detinha 10,7% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de – 2,2% ao ano. Crianças e jovens detinham 35,8% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 4.190 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 29,8% da população, totalizando 3.354 habitantes.



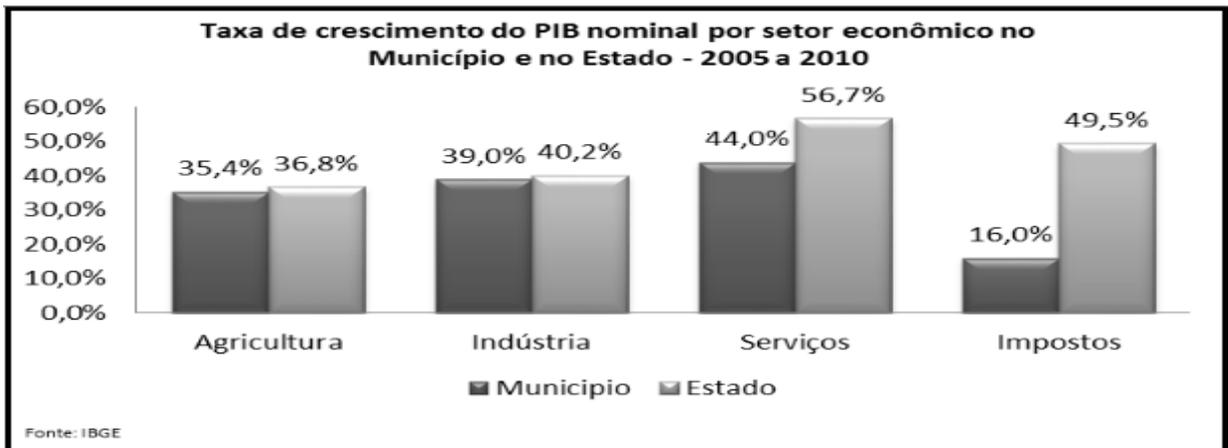
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 0,06% ao ano), passando de 6.643 habitantes em 2000 para 6.684 em 2010. Em 2010, este grupo representava 59,5% da população do município.

1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 38,2%, passando de R\$ 63,1 milhões para R\$ 87,2 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 50,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual permaneceu em 0,05% para no período de 2005 a 2010.

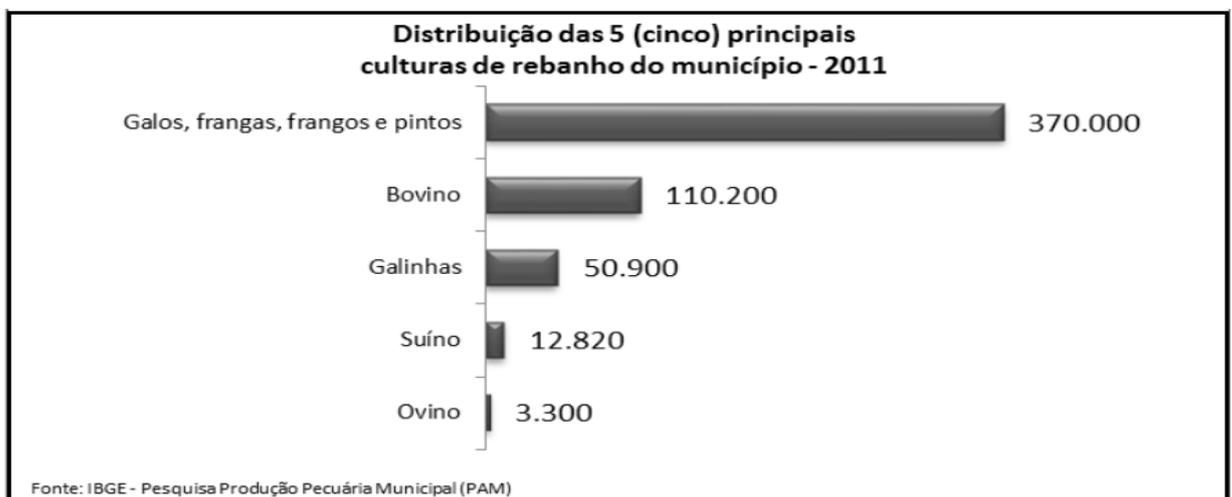


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Agropecuário, o qual respondia por 48,0% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 6,3% em 2010, contra 6,3% em 2005. Diferentemente à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 6,3% em 2005 para 24,7% em 2010.

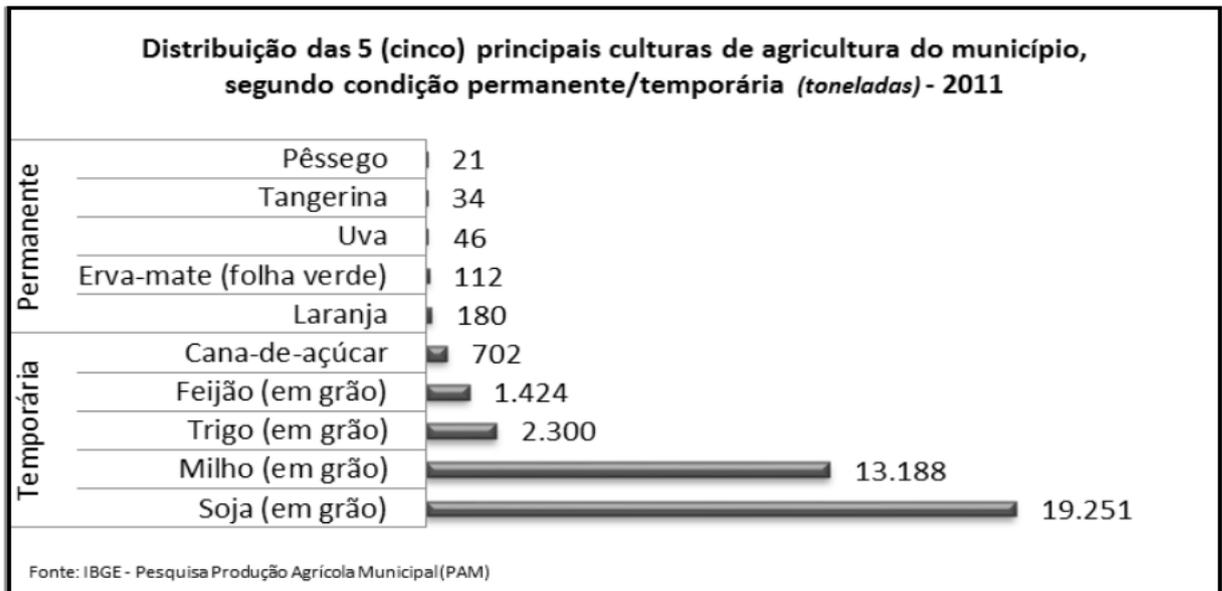


1.4.1 Produção Agropecuária

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



De acordo com o observado no gráfico acima a produção de soja no município se elevou e se apresenta na liderança, tanto em produtividade quanto em área plantada.

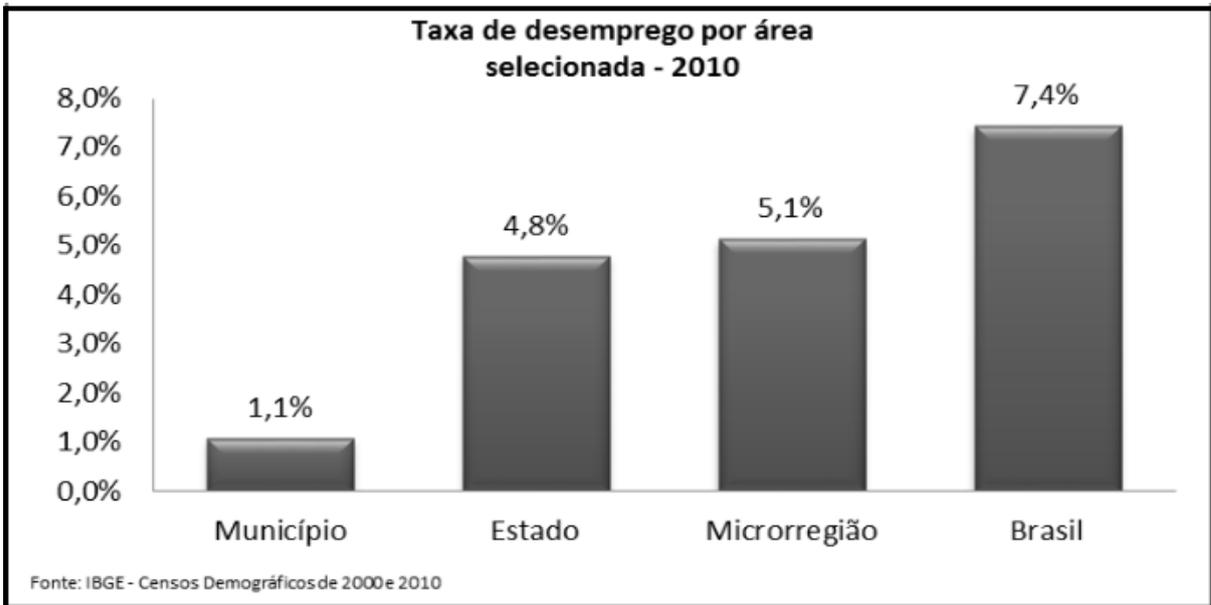
1.4.2 Agricultura Familiar

O município possuía 1.361 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 80% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 25% da área, ocupavam 79% da mão de obra do setor e participavam com 45 % do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 1.135 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município.

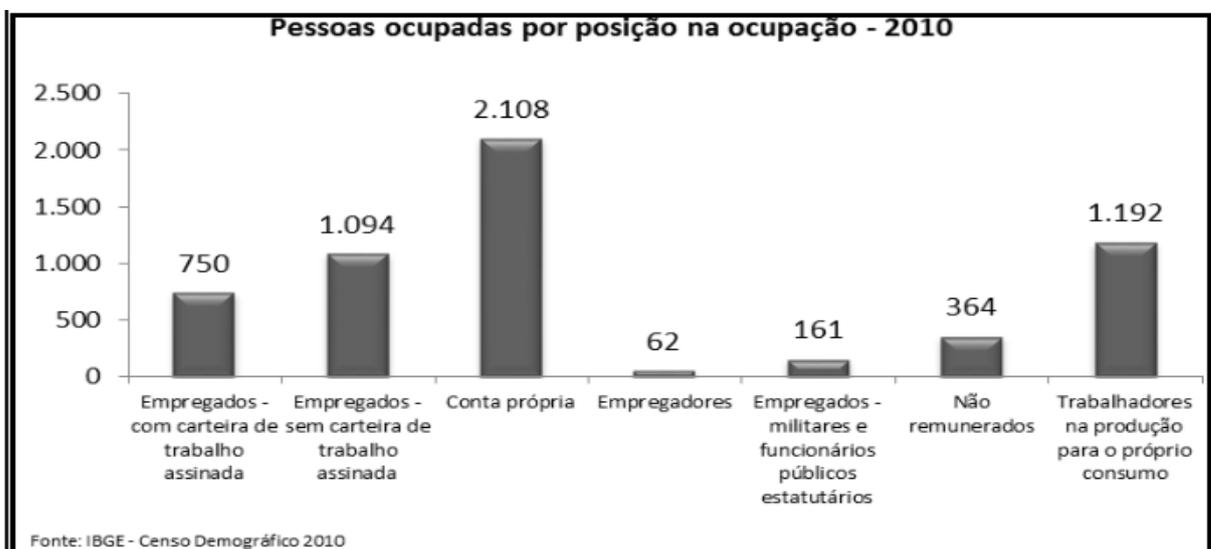
1.4.3 Mercado de Trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 5.795 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 5.732 estavam ocupadas e 64 desocupadas. A taxa de

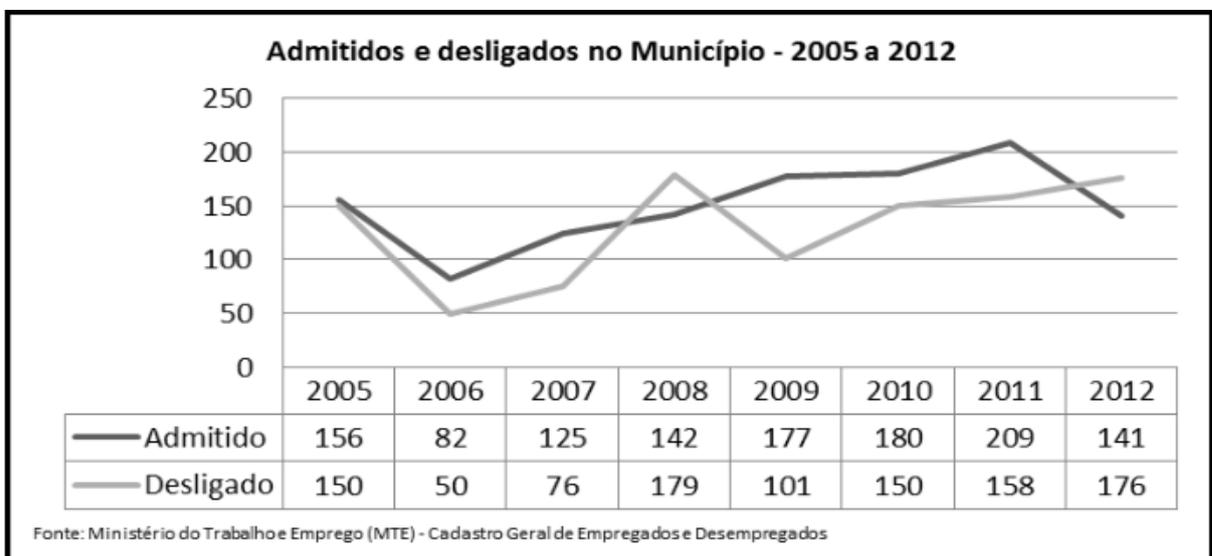
participação ficou em 63,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 1,1%. No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 13,1% tinham carteira assinada, 19,1% não tinham carteira assinada, 36,8% atuam por conta própria e 1,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 2,8% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 27,1% dos ocupados.



Das pessoas ocupadas, 32,0% não tinham rendimentos e 73,3% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 694,67. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 814,29 e entre as mulheres de R\$ 566, 51, apontando uma diferença de 43,74% maior para os homens. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por seis anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 172. No último ano, as admissões registraram 141 contratações, contra 176 demissões.



O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 649 postos, 27,8% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 36,9% no mesmo período.

1.5 ASPECTOS SOCIAIS

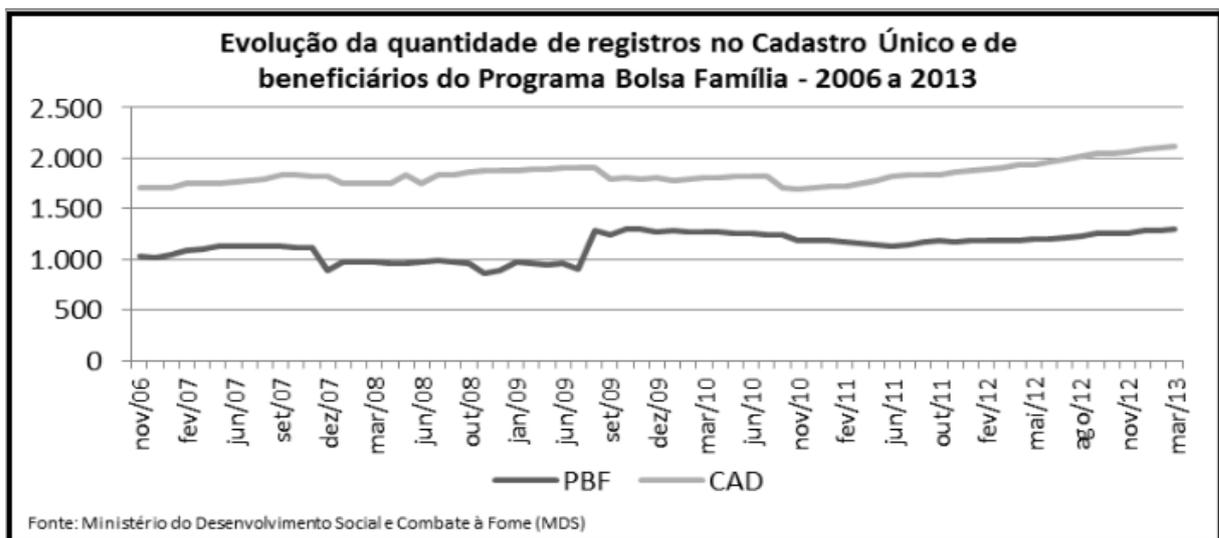
1.5.1 Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 11.241 residentes, dos quais 2.068 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de

R\$ 70,00. Isso significa que 18,4% da população municipal viviam nessa situação.

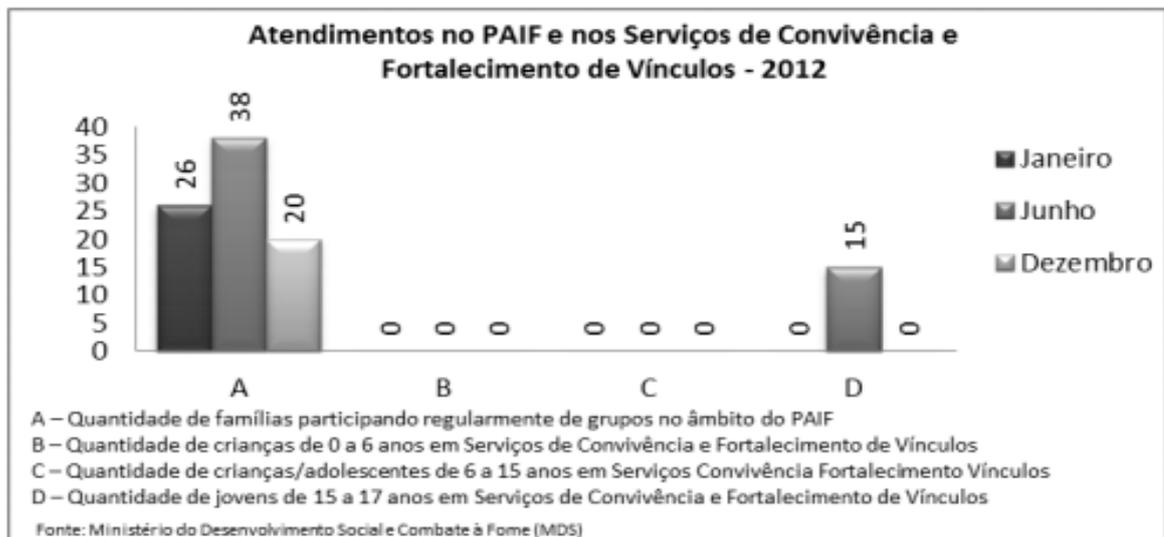
Do total de extremamente pobres, 1.932 (93,4%) viviam no meio rural e 136 (6,6%) no meio urbano. No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utilizam as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 2.114 Famílias registradas no Cadastro Único e 1.300 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (61,49% do total de cadastrados).

O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o município:



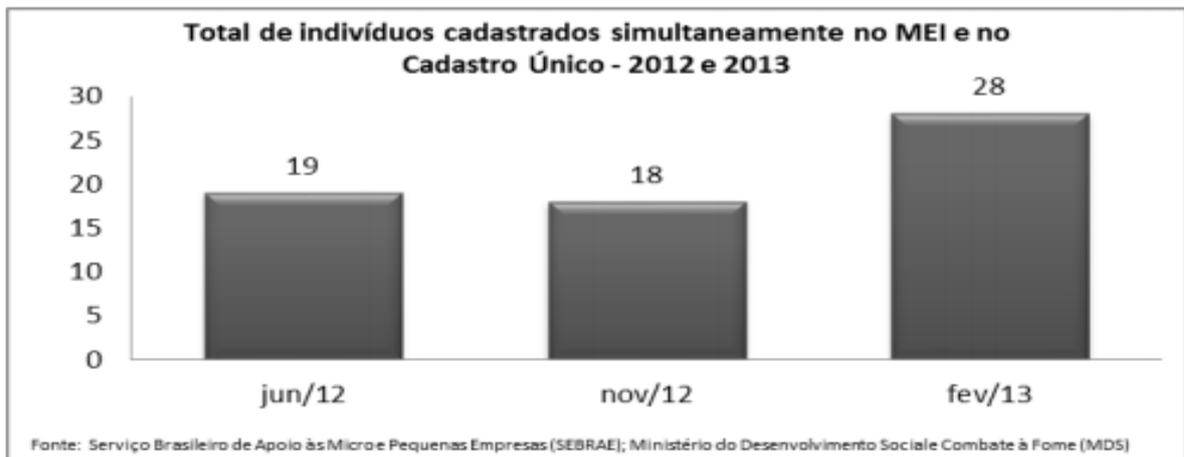
O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Programa Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios. De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 108 famílias em situação de extrema pobreza.

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

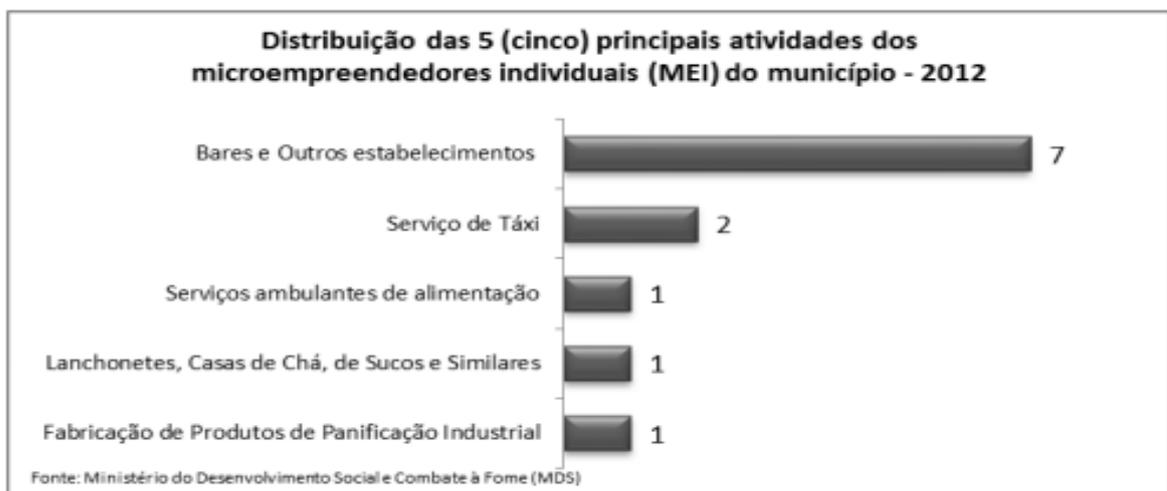


Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, na Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar também o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI).

Em fevereiro de 2013, o município contava com 70 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:



Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



1.6 ASPECTOS CULTURAIS

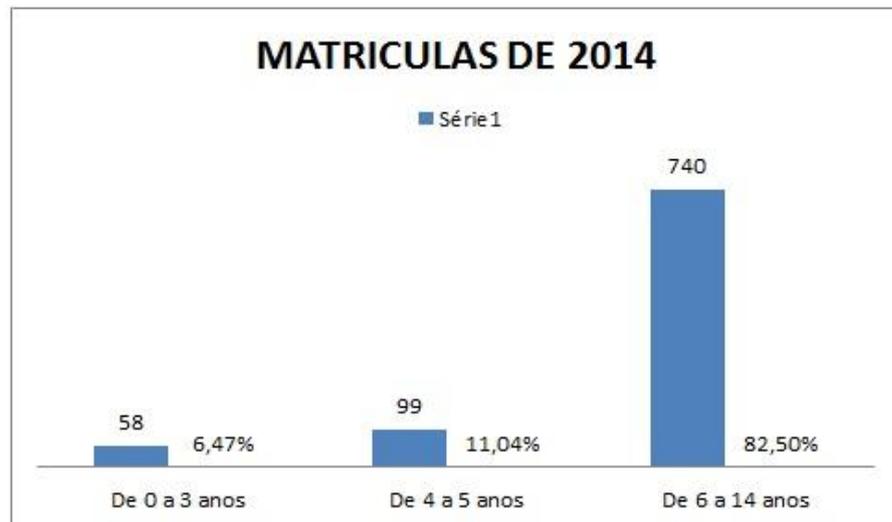
O município de Nova Laranjeiras apresenta como principais datas festivas o aniversário de emancipação, as festa religiosas, dia do índio e o tradicional rodeio crioulo. As festas são realizadas nos pavilhões das igrejas, ginásios de esportes existentes, clubes e CTG, (Centro de Tradições Gaúchas).

1.7 ASPECTOS EDUCACIONAIS

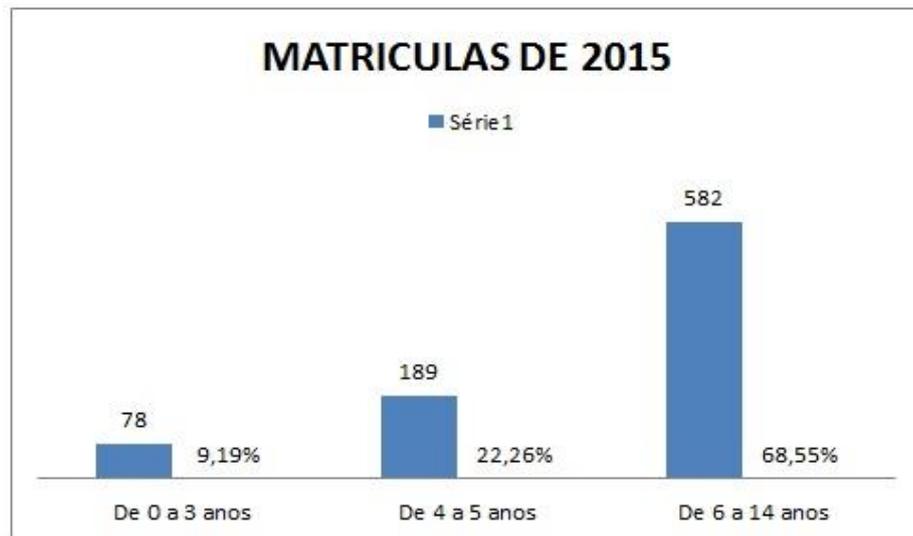
No que se refere à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



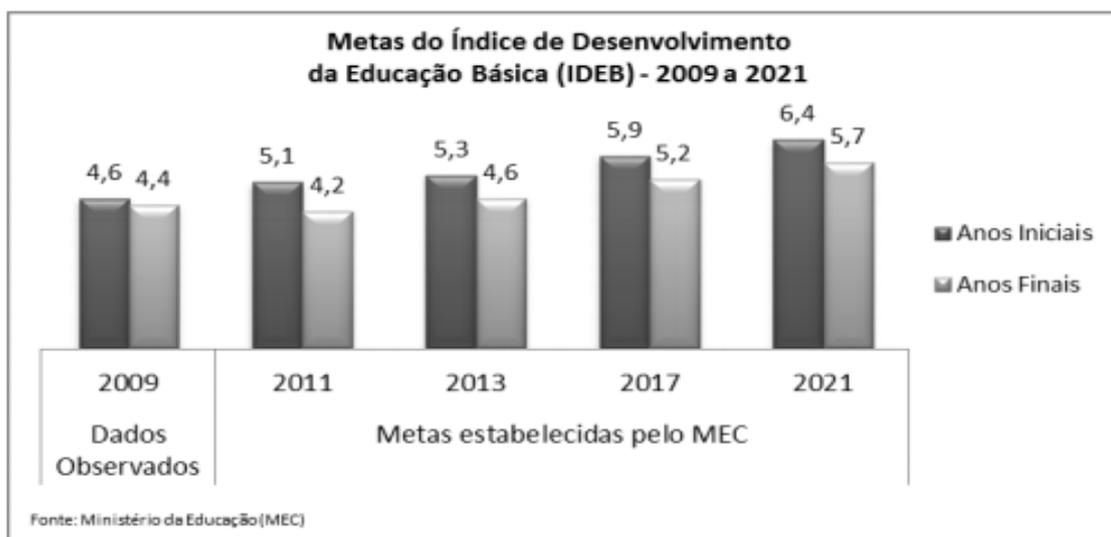
1.7.1 Matrículas 2014



1.7.2 Matrículas 2015



Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



Em decorrência de constantes imigrações, a população em Nova Laranjeiras foi diminuindo, gerando também redução da clientela das Escolas do Campo. Sem uma demanda compatível com a oferta 03 (três) escolas, a partir de 1997, tiveram que ser cessadas, sendo elas: Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues de Mattos a qual estava situada na Comunidade do Rio do Salto, Escola Rural Municipal Napoleão Moreira onde a mesma era situada na Comunidade de Vila Nova e Escola

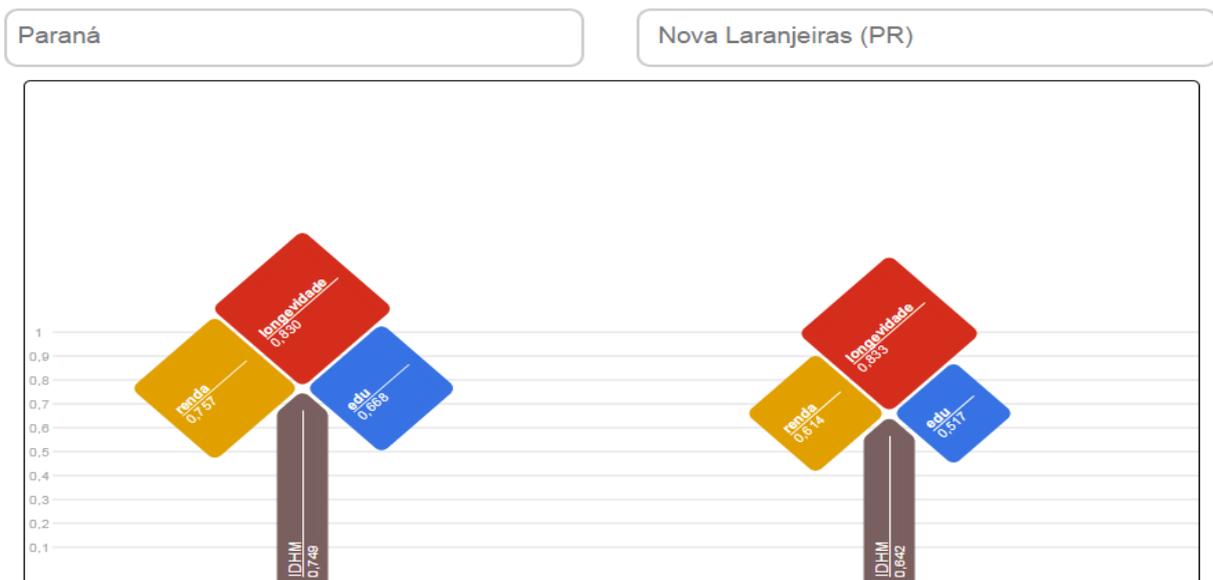
Rural Municipal Tancredo de Almeida Neves a qual era localizada no Assentamento Xagú – 3ª Conquista da União.

No município há um Centro Municipal de Educação Infantil em funcionamento e outro que começará suas atividades no segundo semestre de 2015. Na Rede Municipal, 08 (oito) Instituições de Ensino, ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e somente 05 (cinco) ofertam a Educação Infantil. Na Rede Estadual de ensino há 11 escolas incluindo as indígenas. Desse montante 05 (cinco) ofertam a Educação Infantil, 05 (cinco) os Anos Iniciais, e 09 (nove) os Anos finais, 07 (sete) o Ensino Médio e a Casa Familiar Rural Ênio Eduardo Dalla Santa que oferta o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio em Técnico Agropecuário.

1.7.3 Taxas de Analfabetismo

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 11,1%. Na área urbana, a taxa era de 7,3% e na zona rural era de 12,1%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,0%.

1.7.4 Árvore do IDHM




 Mostrar IDHM Ideal

IDHM e seus componentes	Valores
IDHM	0,749
IDHM Renda	0,757
IDHM Longevidade	0,830
IDHM Educação	0,668


 Mostrar IDHM Ideal

IDHM e seus componentes	Valores
IDHM	0,642
IDHM Renda	0,614
IDHM Longevidade	0,833
IDHM Educação	0,517

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Nova Laranjeiras é 0,642, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,833, seguida de Renda, com índice de 0,614, e de Educação, com índice de 0,517.

1.7.5 Níveis de Ensino

1.7.5.1 Educação Básica

O município de Nova Laranjeiras possui 20 estabelecimentos de ensino, sendo um Centro Municipal de Educação Infantil, 8 escolas municipais e 11 escolas Estaduais, conforme quadro que segue:

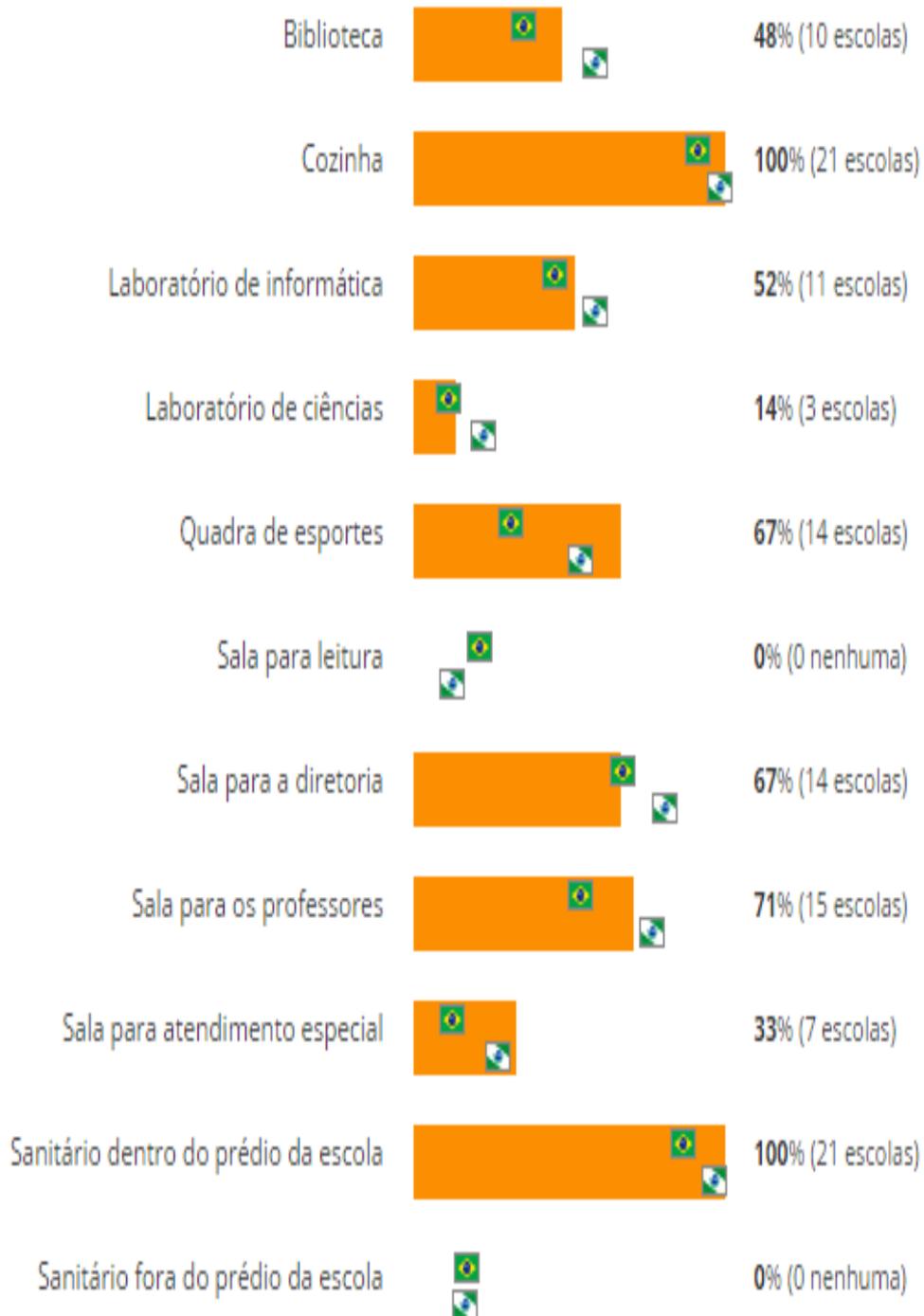
1.5.7.2 Instituição de Ensino

Nome	Dependência Administrativa	Nível de ensino
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Giuliano Sincini	Municipal	E.I
Escola Municipal Ely Antônio Nardello	Municipal	E.F 1º ao 5º
Escola Municipal Osvaldino Alves da Silva	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º

Escola Rural Municipal José Mauro de Vasconcellos	Municipal	E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Francisco Manoel da Silva	Municipal	E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Dom Manoel Koenner	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Érico Verissimo	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Arnaldo Gomes de Salles	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Colégio Estadual Guarani da Estratégica	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual Rio da Prata	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual Rui Barbosa	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual Rio das Cobras	Estadual Indígena	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Escola Estadual Buriti	Estadual	E.F. 6º ao 9º
Escola Estadual Guaraí	Estadual	E.F. 6º ao 9º
Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Fég – Prag Fernandes	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Escola Estadual Indígena José Ner – Nor Bonifácio	Estadual Indígena	E.I e E.F. Anos Iniciais.
Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva	Estadual Indígena	E.I e E.F. Anos Iniciais.
Casa Familiar Rural Ênio Eduardo Dalla Santa	Estadual	E.F 6º ao 9º, E.M e Profissionalizante.

1.7.5.3 Infraestrutura das Escolas

Dependências



Tecnologia



Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 21 | QEdu.org.br

Outros



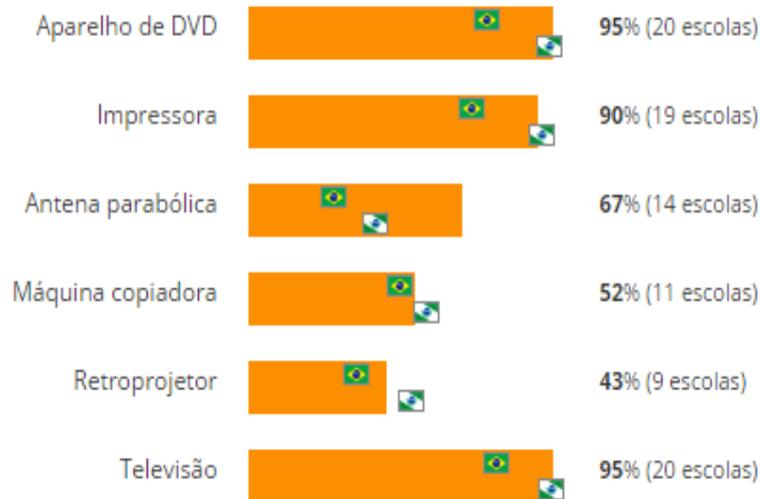
Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 21 | QEdu.org.br

Acessibilidade



Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 21 | QEdu.org.br

Equipamentos



Fonte Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 21 | QEdu.org.br

1.7.6 Educação Infantil

1.7.6.1 Diagnóstico

O município de Nova Laranjeiras, conta com um Centro Municipal de Educação Infantil denominado Padre Giuliano Sincini em funcionamento, localizado no Bairro Progresso e outro localizado no Distrito do Rio Guarani que ainda não está funcionando devido aos trâmites de liberação do mobiliário, este se denomina Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Leonildo Galvão. Também 05 (cinco) Pré – escolas, estas pertencentes à rede municipal de ensino e 05 (cinco) Pré-escolas pertencentes à Rede Estadual de Ensino, localizadas nas Instituições de Ensino Indígenas. Segue logo abaixo a tabela com as informações.

1.7.6.2 Instituições de Educação Infantil

Nome	Zona	Localidade	Nível de ensino
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Giuliano Sincini	Urbana	Sede	E.I
Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Leonildo Galvão	Urbana	Distrito do Rio Guarani	E.I

Escola Municipal Osvaldino Alves da Silva	Urbana	Distrito do Rio Guarani	E.I e E.F. 1º ao 5º ano
Escola Municipal do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza	Rural	Distrito do Rio da Prata	E.I e E.F. 1º ao 5º ano
Escola Municipal do Campo Dom Manoel Koerner	Rural	Paiquerê	E.I e E.F. 1º ao 5º ano
Escola Municipal do Campo Érico Verissimo	Rural	Guaraí da Herveira	E.I e E.F. 1º ao 5º ano
Escola Municipal do Campo Arnaldo Gomes de Salles	Rural	Rio Bananas	E.I e E.F. 1º ao 5º ano
Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio	Rural	Aldeia Trevo	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado	Rural	Aldeia Lebre	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Fég Prag Fernandes	Rural	Aldeia Campo do Dia	E.I. E.F e E.M.
Escola Estadual Indígena José Ner Nor Bonifácio	Rural	Aldeia Taquara	E.I e E.F
Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva	Rural	Aldeia Rio das Cobras	E.I e E.F

O Centro oferece regime de tempo integral para as crianças entre zero e cinco anos, que são na sua grande maioria, filhos de mães que trabalham fora o dia todo. Para a pré-escola é oferecido tempo parcial. A clientela oscila entre pais de renda baixa a média. É atendida uma média de 245 crianças, com idade entre zero e cinco anos, contando com um quadro de dezesseis docentes do quadro do Magistério Público e seis estagiários.

1.7.6.3 Clientela da Educação Infantil

Níveis	2012	2013	2014	2015
0 a 3 anos	80	99	100	80
4 a 6 anos	123	139	156	163
TOTAL	203	238	256	243

1.7.6.4 Recursos Humanos – Educação Infantil

QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**CMEI PADRE GIULIANO SINCIN**

FUNÇÕES	Carga horária (número de pessoas)			Formação Concluída (número de pessoas)											Formação em Curso (número de pessoas)										
	20h	30h	40h	O	EF	EM	MG	PED	NS	ESC	PGA	PGO	M	D	EF	EM	MG	PED	NS	ESO	PG A	PG O	M	D	
Direção			01								01														
Vice-Direção																									
Supervisão																									
Orientação Educacional			01								01														
Docência concurso	13						01				12														
Docência contrato		06															06								
Auxiliares / Monitores																									
Secretário			01								01														
Auxiliar de Secretaria																									
Auxiliar Administrativo																									
Bibliotecário																									
Auxiliar de Biblioteca																									
Merendeira																									
Auxiliar Serviços Gerais			05	01	04																				

As Instituições de ensino que ofertam a Educação Infantil e Pré- Escola vem sendo adaptadas em relação a estrutura física, visando melhor atender o público infantil, de modo que contemple o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: cognitivo, afetivo e motor, dispendo de jogos pedagógicos e materias didáticos diversificados, adequados a faixa etária, estimulando assim o potencial da criança no processo de ensino aprendizagem.

1.7.7 Ensino Fundamental

1.7.7.1 Diagnóstico

O Ensino Fundamental em Nova Laranjeiras organizam-se em Ciclos apenas nos Anos Iniciais, e em anos nos Anos Finais do Ensino Fundamental perfazendo um total de 9 anos, sendo que a carga horária é de 800 horas, distribuídas em no mínimos 200 dias letivos. No município atualmente possui 20 (vinte) escolas distribuídas em diferentes localidades.

1.7.7.2 Clientela do Ensino Fundamental

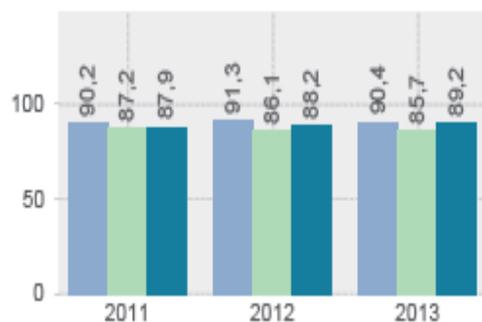
Anos	2012	2013	2014	2015
1º ao 5º - Rede Municipal	692	613	644	612
1º ao 9º - Rede Estadual	-	-	-	2568
Total Geral	-	-	-	3180

Desempenho Escolar

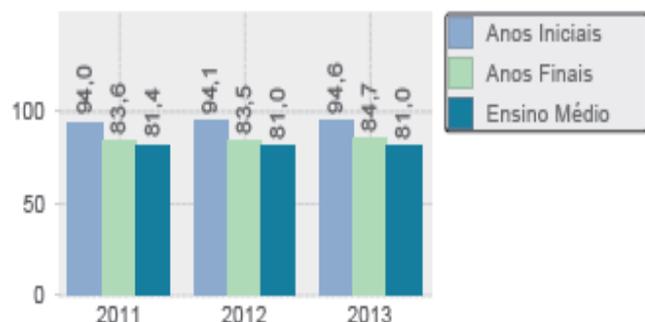
Percentual de alunos matriculados considerados aprovados, reprovados ou desistentes. A situação de desistência (abandono) é caracterizada por alunos, matriculados em determinada série, que deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

Fonte: IPARDES.

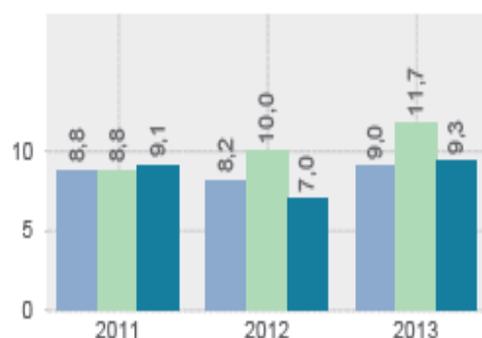
Município - Taxa de Aprovação (Média Anual em %)



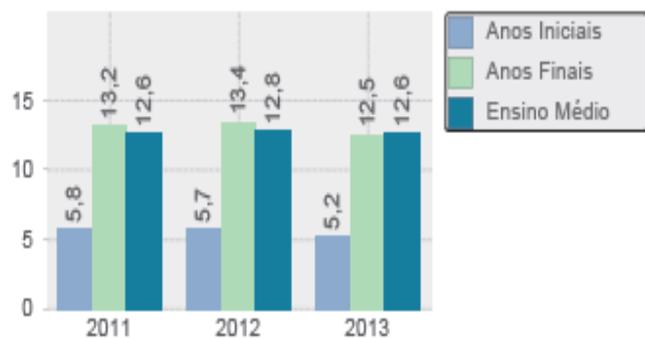
Estado - Taxa de Aprovação (Média Anual em %)

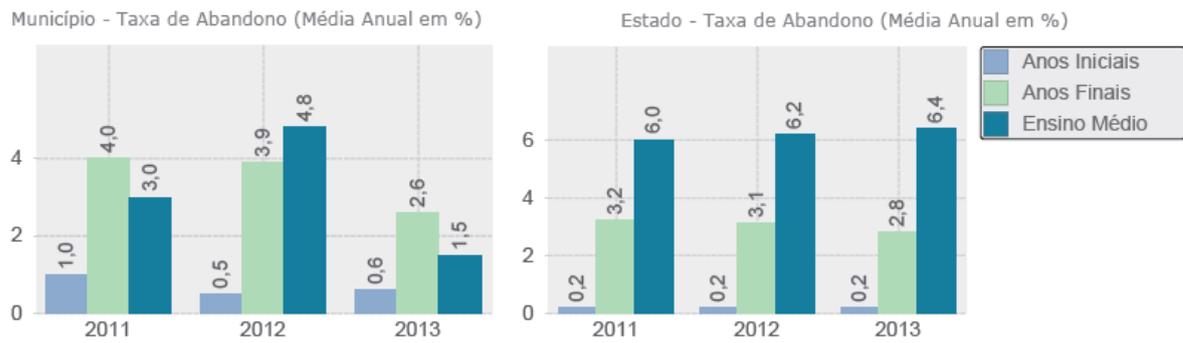


Município - Taxa de Reprovação (Média Anual em %)



Estado - Taxa de Reprovação (Média Anual em %)





As principais causas da reprovação e abandono estão associadas à falta de interesse por parte da família e do aluno, e posteriormente a falta de dedicação do mesmo.

1.7.7.3 Recursos Humanos-Ensino Fundamental/ Anos Iniciais.

Funções	FORMAÇÃO			
	Ensino Fundamental I	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós – Graduação
Secretário (a)	-	02	03	-
Auxiliar de Serviços Gerais	30	-	-	-

Muitos foram os avanços neste nível de ensino, entre eles podem ser destacados a reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público, a elaboração deste Plano Municipal de Educação, a elevação de nível dos professores, bem como Programas de Formação Continuada, onde podemos destacar o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), que tem como objetivo alfabetizar as crianças até os 8 (oito) anos de idade, ao final do 1º Ciclo, inovando assim as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores, numa dinâmica voltada para a ludicidade, fazendo uso de material concreto. No entanto, alguns problemas ainda terão que ser sanados como, a falta de espaço físico, pelo fato que algumas escolas municipais trabalham em dualidade com as escolas estaduais e as mesmas também oferecem o Programa Mais Educação, um Programa do Governo Federal, que tem como objetivo atender as crianças que se encontram em maior vulnerabilidade, incentivando a permanência na

escola em tempo integral, onde atenderá preferencialmente as crianças que recebem o benefício da bolsa escola.

1.7.8 Ensino Médio

1.7.8.1 Diagnóstico

O Ensino Médio de Nova Laranjeiras é ofertado em 07 (sete) Colégios Estaduais, sendo eles: Colégio Estadual Rui Barbosa, Colégio Estadual Guarani da Estratégica, Colégio Estadual de Rio da Prata, Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio, Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado, Colégio Estadual Indígena Férg Prag Fernandes e Colégio Estadual Indígena Rio das Cobras.

Destacamos que nossos educandos são filhos de pequenos agricultores, arrendatários, assentados, indígenas, comerciantes, funcionários públicos e fazendeiros, sendo que aproximadamente 75% desses dependem do transporte escolar.

Os problemas educacionais com relação à reprovação e o abandono têm como fatores geradores a falta de interesse dos alunos, questões familiares, entre outros.

Quanto à qualificação dos profissionais que atuam no Ensino Médio em Nova Laranjeiras verifica-se que a grande maioria dos profissionais da educação são habilitados e especialistas nas suas respectivas disciplinas, com um quadro ideal de profissionais para atender a demanda dos alunos. Além dos docentes, os funcionários também participam das capacitações oferecidas pelo sistema educacional, priorizando desta forma seus conhecimentos. Existe uma parceria entre o governo Municipal e o Governo Estadual sendo possível oferecer o transporte escolar para todos os níveis de ensino

Os estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos internos, ligados às práticas desenvolvidas pela SEED – Secretaria de Estado da Educação. Os Conselhos Escolares e as APMF são atuantes e compostos por representantes dos segmentos da sociedade, em conformidade com a exigência dos respectivos estatutos.

Os problemas apresentados pelos profissionais que integram o ensino médio é o desinteresse dos alunos, mas há também vários pontos de eficácia neste nível

de ensino como a interação com a comunidade escolar, a cooperação dos profissionais da educação e os cursos de capacitação. Diante deste quadro, o ensino médio tem como principal desafio incrementar a participação da família no processo educativo e, conseqüentemente, despertar o interesse dos alunos, como forma de melhorar os resultados do ensino-aprendizagem.

1.7.9 Ensino Superior

1.7.9.1 Diagnóstico

Conforme dados obtidos em 2015, existem aproximadamente 142 acadêmicos que buscam aperfeiçoamento em outros municípios como Cascavel, Laranjeiras do Sul, entre outras cidades, devido ao fato de que Nova Laranjeiras não possui nenhuma instituição de Ensino Superior que ofereça este nível de ensino, na forma presencial.

Os cursos mais procurados por estes acadêmicos são: Engenharia Civil e Mecânica, Pedagogia e Administração. A maioria desses acadêmicos utiliza ônibus como meio de transporte, sendo que o poder público municipal colabora mensalmente com os acadêmicos disponibilizando o ônibus bem como sua manutenção e um motorista, sendo este profissional do quadro efetivo, e 30 % do combustível gasto no decorrer do mês. As dificuldades encontradas pelos acadêmicos giram em torno de problemas de conciliar o trabalho com o estudo e também o deslocamento para outros centros.

Para o município de Nova Laranjeiras, um dos maiores desafios é conseguir estimular que estes acadêmicos, após a conclusão do curso, permaneçam no próprio município e que possam ser inseridos no mercado de trabalho com remuneração condizente com a sua formação. O retorno, sem dúvida, é enorme, pois gera renda e emprego, além da elevação das taxas de escolarização de sua população.

1.7.10 Educação de Jovens e Adultos

1.7.10.1 Diagnóstico

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os

estudos no ensino fundamental e no ensino médio.

É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

A EJA, na Secretaria de Estado de Educação do Paraná, é ofertada por meio de cursos presenciais, de forma individual e coletivo no Ceebja (Centro de Educação Básica de Jovens e Adultos – SEDE – Laranjeiras do Sul -Pr) e coletivo nas APDS (Ações Pedagógicas Descentralizadas).

Há, ainda, os exames oficiais de certificação – Exames de Suplência online, ofertados pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

O município oferta EJA fase I, na escola Municipal Ely Antonio Nardello, localizada na sede.

O curso presencial de EJA está organizado da seguinte forma:

1º segmento/ Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

2º segmento/ Ensino Fundamental – Anos Finais;

3º segmento/ Ensino Médio.

Atualmente o município de Nova Laranjeiras conta com 04 escolas estaduais onde funcionam as APDs, (Ações Pedagógicas Descentralizadas) em terras Indígenas, que são: Rio da Lebre, Taquara, Campo do Dia e Trevo, sob jurisprudência do Ceebja de Laranjeiras do Sul e também a Escola Rural Indígena Rio das Cobras sob sua própria coordenação. São oferecidos nas Apeds Indígenas os três segmentos: Ensino Fundamental – Séries Iniciais (FASE I), Ensino Fundamental – Séries Finais (FASE II) e Ensino Médio, com aproximadamente 60 alunos devidamente matriculados e frequentes.

Nas Escolas Estaduais não Indígenas, são 03: Rui Barbosa, Guarani da Estratégica e Guaraí, são oferecidos dois segmentos: Ensino Fundamental – Séries Finais e Ensino Médio, com aproximadamente 50 alunos matriculados e que

frequentam. Lembramos de que o Ensino Fundamental – Séries Iniciais nas escolas não indígenas são de responsabilidade do Executivo Municipal.

Lembrando de que a Educação de Jovens e Adultos é PERIÓDICA – cada ciclo fecha em 02 anos e meio, atendendo até que tenhamos demanda e oferecendo a oportunidade para muitas pessoas concluírem os seus estudos em nível médio.

1.7.11 Educação a Distância

1.7.11.1 Diagnóstico

No Município de Nova Laranjeiras a Educação a Distância é ofertada através da UNINTER, sendo que a Prefeitura Municipal disponibiliza de espaço físico para atendimento de duas turmas do Curso de Pedagogia. As aulas deste curso são transmitidas ao vivo, via satélite e também por vídeos aulas, onde os equipamentos e o material de consumo são oferecidos pela Instituição de Ensino. A turma conta com um Tutor que presta assessoria tirando dúvidas durante as aulas, a avaliação é realizada no Polo de Apoio Presencial que está situado na cidade de Laranjeiras do Sul.

1.7.12 Educação Especial

1.7.12.1 Diagnóstico

A Educação Especial do município de Nova Laranjeiras compreende duas linhas de ação.

Nas escolas regulares do município a Educação Especial é trabalhada na perspectiva de Inclusão escolar, a qual conta com salas de atendimento especializado na área da Deficiência Intelectual. Nessa perspectiva de Inclusão, está sendo ofertadas quatro salas de Recursos Multifuncional Tipo I no município, onde estão matriculados atualmente 26 alunos de 1º ao 5º ano. As escolas municipais que contam com as Salas de Recurso Multifuncional no município são as seguintes: Escola Municipal Ely Antônio Nardello, na sede do município, Escola Municipal do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza, localizada em Rio da Prata e Escola Municipal Osvaldino Alves da Silva, localizada em Rio Guarani.

Para o ingresso desses alunos nas Salas de Recurso Multifuncional tipo I, se faz necessário que o aluno encaminhado passe por um processo de avaliação

Psicoeducacional, onde a equipe pedagógica da escola juntamente com um profissional da área da psicologia, aplicarão os diversos instrumentos avaliativos. Após conclusão desse processo avaliativo e de acordo com os resultados obtidos, o aluno avaliado será encaminhado para a sala de recurso multifuncional ou serão repassadas orientações aos professores quanto as melhores intervenções.

Na medida do possível, são realizadas avaliações psicoeducacionais para atendimento em sala de recurso multifuncional tipo I, nas escolas estaduais da área indígena, onde existe um número significativo de demanda de atendimentos, sendo que o município fornece o profissional de psicologia para a efetivação desse trabalho. Em outras escolas estaduais do município também são realizadas parcerias com o município para avaliação psicoeducacional dos alunos.

O município conta também com uma Escola Especial que atende atualmente 30 alunos com Deficiência Intelectual, Deficiência Neuro motor e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Esses alunos são de várias localidades do município e estão distribuídos nas turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

Lembrando que a Educação Especial pode ser realizada em qualquer contexto escolar onde exista aluno com baixo rendimento. Esse trabalho não se restringe apenas na efetivação de matrículas nos atendimentos especializados, pois a referida matrícula seria apenas o cumprimento de uma política de Educação Especial. Incluir também é: considerar as especificidades de cada aluno, ter uma postura profissional de acolhimento das dificuldades e acreditar na capacidade de superação de obstáculos. Nesse sentido, incluir é favorecer as condições necessárias para o desenvolvimento do aluno, procurando romper com todas as formas de discriminação e preconceito.

1.7.13 Educação Indígena

1.7.13.1 Diagnóstico

Atualmente no município de Nova Laranjeiras temos implantadas 06 Escolas Indígenas jurisdicionadas ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul. Todas estão localizadas nas Terras Indígenas Rio das Cobras e atendem aproximadamente 1067 educandos, atendendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Possui mais de 200 funcionários, sendo a grande maioria contratados via Regime Especial - PSS, na qual exercem as diversas funções dentro do âmbito

escolar. É importante salientar que todos os profissionais são mantidos pela Secretaria do Estado da Educação – SEED. Se tratando da infraestrutura das escolas indígenas, todas se encontram em excelentes estados de conservação, possuem telefone móvel e internet.

A Reserva Indígena de Nova Laranjeiras é formada por uma área de 16.681,98 hectares, localizada no Oeste do Paraná, sendo a maior Comunidade indígena do Estado. O número de habitantes indígenas de Nova Laranjeiras é de aproximadamente 2.263 indígenas, sendo composta por 2 (duas) etnias: Kaingang e Guarani, que utilizam as duas línguas maternas (respectivamente) conciliadas a língua portuguesa. A Terra Indígena Rio das Cobras subdivide-se em 08 (oito) Aldeias, sendo elas: Aldeia Trevo, Aldeia Vila Nova Aldeia, Sede, Aldeia Campo do Dia, Aldeia Taquara, Aldeia Lebre, Aldeia Encruzilhada e Aldeia Pinhal.

1.7.13.2 Instituições de Ensino Indígenas

Nome da escola	Dependência Administrativa	Grupo étnico a que pertence
Colégio Estadual Indígena Rio das Cobras	Estadual	Kaingang
Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio.	Estadual	Kaingang
Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado	Estadual	Guarani
Colégio Estadual Indígena Fég – Prag Fernandes	Estadual	Kaingang
Escola Estadual Indígena José Ner – Nor Bonifácio	Estadual	Kaingang/ Guarani
Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva	Estadual	Kaingang

1.7.13.3 Clientela da Educação Escolar Indígena

Nome da escola	Número de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Colégio Estadual Indígena Rio das Cobras	144	161	167	154
Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio.	223	214	239	252
Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado	30	56	62	75
Colégio Estadual Indígena Fég – Prag Fernandes	131	130	124	118
Escola Estadual Indígena José Ner – Nor Bonifácio	48	44	53	49
Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva	228	228	215	206
TOTAL	804	833	860	859

1.7.14 Educação do Campo

1.7.14.1 Diagnóstico

Para abordar a educação no campo do Município de Nova Laranjeiras, torna-se importante situá-lo no contexto populacional e territorial. O município localiza-se no território denominado Cantuquiriguaçu, nome originário da junção de três rios que delimitam este território que são: Rio Cantu, Rio Piquiri e Rio Iguaçu. O ritmo de crescimento populacional da maior parte dos 20 municípios que integram este território é baixo, Nova Laranjeiras é um exemplo. A maior parte da população de Nova Laranjeiras encontra-se domiciliada na zona rural, dado comprovado pelo número de escolas existentes, que logo abaixo podemos acompanhar através da tabela.

Uma outra característica predominantemente no território Cantuquiriguaçu é a presença de famílias assentadas de trabalhadores Sem Terra.

1.7.14.2 Instituição de Ensino Situados no Campo – 2015

Nome	Dependência Administrativa	Nível de ensino
Escola Rural Municipal José Mauro de Vasconcellos	Municipal	E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Francisco Manoel da Silva	Municipal	E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Pedro Viriato Parigot de Souza	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Dom Manoel Koerner	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Érico Verissimo	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Escola Municipal do Campo Arnaldo Gomes de Salles	Municipal	E.I. e E.F. 1º ao 5º
Colégio Estadual Rio da Prata	Estadual	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Colégio Estadual Rio das Cobras	Estadual Indígena	E.F. 6º ao 9º e E.M.
Escola Estadual Buriti	Estadual	E.F. 6º ao 9º
Escola Estadual Guaraí	Estadual	E.F. 6º ao 9º
Colégio Estadual Indígena Professor Cândoca T. Fidêncio	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Colégio Estadual Indígena Fég – Prag Fernandes	Estadual Indígena	E.I. E.F e E.M.
Escola Estadual Indígena José Ner – Nor Bonifácio	Estadual Indígena	E.I e E.F. Anos Iniciais
Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva	Estadual Indígena	E.I e E.F. Anos Iniciais.
Casa Familiar Rural Enio Eduardo Dalla Santa	Estadual	E.F 6º ao 9º, E.M e Profissionalizante

Ao se diagnosticar a realidade da Educação no Campo do município de Nova Laranjeiras é possível detectar avanços no que se refere aos recursos tecnológicos, visto que, apenas 03 (três) escolas não tem acesso a internet de um total de 16 (dezesesseis) escolas localizadas no Campo, quanto a infraestrutura, e também a capacitação dos profissionais da educação.

Em relação ao Livro Didático atualmente vem voltado para a realidade das Escolas do Campo, sendo necessário que se realize uma dinâmica de planejamento compartilhado e participativo, onde os envolvidos possam interagir na elaboração de propostas pedagógicas adequadas e contextualizadas às potencialidades produtivas e socioculturais do campo. Um desafio enfrentado pelo município é o alto custo do transporte escolar, visto que o município possui uma malha viária muito extensa.

Diante dos relatados, a administração municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, vem procurando superá-los na medida em que novos projetos estão sendo implantados na educação para o campo.

Vale ressaltar que a merenda escolar é de altíssima qualidade, existindo uma contrapartida bem significativa por parte da prefeitura municipal, e que, todo o processo de distribuição de merenda e preparo passa por acompanhamento da nutricionista, sendo enriquecida com os produtos da Agricultura Familiar.

1.7.15 Magistério da Educação Básica

1.7.15.1 Diagnóstico

A Lei Nº 309/2002 de 04 de junho de 2002, instituiu o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. No ano de 2013 houve a reformulação do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, passando a vigorar a Lei Nº956/2013.

1.7.15.2 Vencimento dos Professores – Jornada de 20 Horas.

O ingresso na carreira do Magistério Público se dá na classe inicial, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado, estruturado em 4 (quatro) níveis (Referente a habilitação/Titulação), cada um deles composto por 14 (Quatorze) classes (Referentes ao tempo de serviço), sendo:

- **Nível A** – Formação em nível médio na modalidade normal;
- **Nível B** – Formação em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, ou outra graduação correspondente as áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;
- **Nível C** – Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente as áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente e acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *latu sensu*, na área da educação com duração mínima de 360 horas;
- **Nível D** - Formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena ou outra graduação correspondente as áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente e acompanhada da formação em nível de pós-graduação, *stricto sensu*, em programas de mestrado ou doutorado na área da educação.

A jornada de trabalho do professor pode ser parcial ou integral, correspondendo respectivamente há 20 horas ou 40 horas semanais (sendo 20 horas em regime suplementar), e inclui para o professor, atualmente 20% de sua carga horária destinada para hora atividade, sendo que, o município de Novas Laranjeiras contemplará gradativamente com 33% de hora atividade, observando um período de transitoriedade de 4 (Quatro) anos a contar da publicação da Lei nº 956/2013.

A avaliação seguirá os requisitos abaixo:

- Disciplina e cumprimento dos deveres;
- Assiduidade e pontualidade;
- Capacidade de iniciativa;
- Responsabilidade;
- Criatividade;

- Cooperação;
- Postura ética;
- Condições emocionais para o desempenho das funções inerentes ao cargo;

A promoção na carreira ocorre de acordo com a avaliação do profissional, considerando o seu desempenho, e qualificação. Além do vencimento, o professor faz jus a algumas gratificações calculadas sobre o vencimento básico da carreira, que é o fixado para a classe inicial no nível mínimo de habilitação. Estas gratificações são:

30% Pelo exercício de Direção nas instituições de educação;

25% Pelo exercício de Coordenação Educacional na Secretaria Municipal de Educação;

20% Pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica nas instituições educacionais;

1.7.15.3 Recursos Humanos-Rede Municipal

	20 H	40 H	TOTAL
DOCENTES	23	41	64
DIREÇÃO	-	04	04
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	02	05	

1.7.16 Financiamento e Gestão

1.7.16.1 Diagnóstico Financiamento

Financiar a educação é investir na qualidade de vida de todos os munícipes de Nova Laranjeiras, pois é através dela que se promove o real crescimento e emancipação de seus cidadãos. A constituição federal garante o direito de acesso à educação e para promovê-la, o financiamento é a forma encontrada para que se cumpra efetivamente esta determinação legal.

Os recursos financeiros existentes e destinados à educação em Nova Laranjeiras estão retratados nos gráficos a seguir.

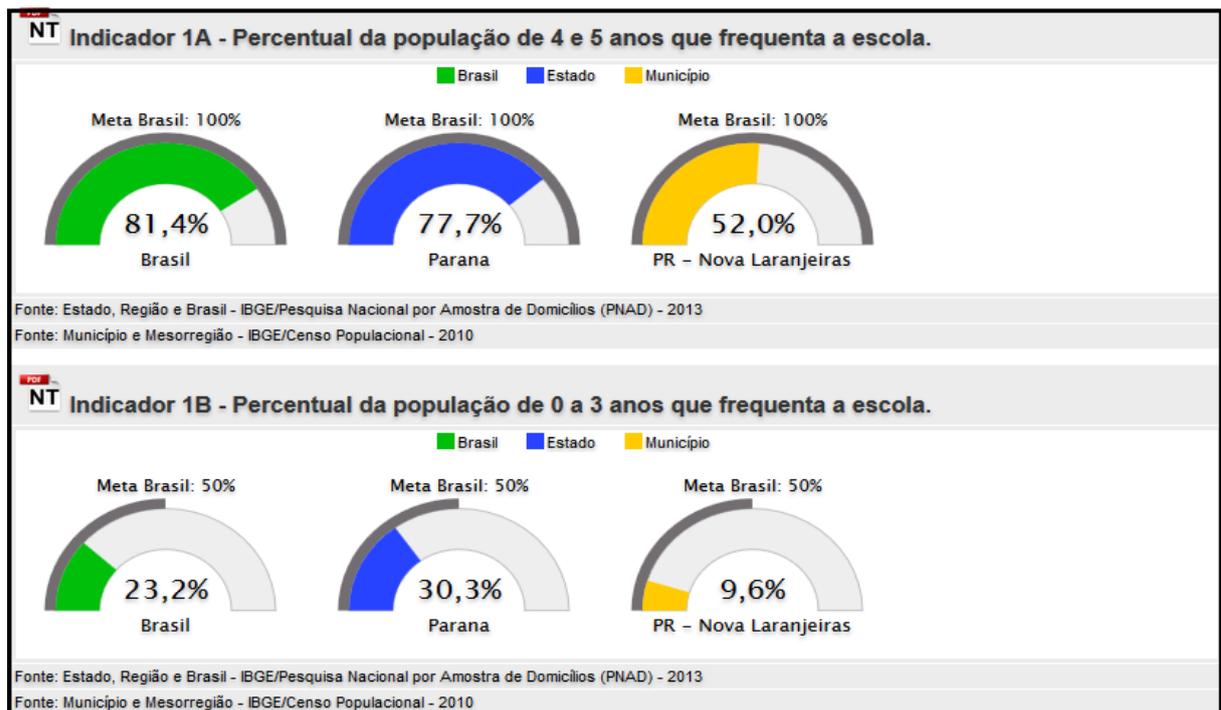
1.7.16.2 Impostos, Recursos Públicos Destinados a Educação

Títulos Orçamentários	2013	2014
Receitas Correntes		
Impostos	391 237,40	440 405,44
IPTU	9 677,12	17 139,61
IRRF	36 695,30	42 210,75
ITBI	73 665,77	59 920,35
ISSQN	271 199,21	321 134,73
Receita Patrimonial	33 323,55	67 617,21

2 METAS E ESTRATÉGIAS

META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.



META 1 - ESTRATÉGIAS:

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.

1.2 Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.

1.3 Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola.

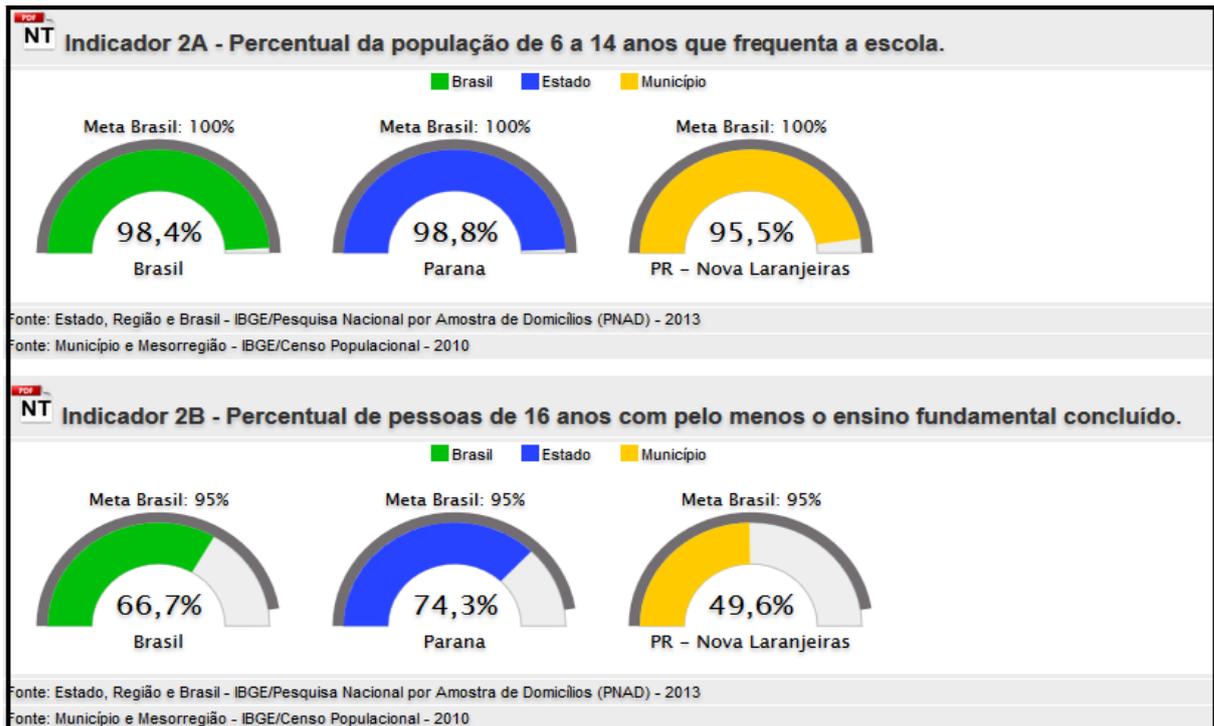
- 1.4 Induzir, para efeito de concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social na educação, a oferta de matrículas gratuitas em creches.
- 1.5 Fomentar a formação de profissionais do magistério para a educação infantil.
- 1.6 Estimular a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de 4 e 5 anos.
- 1.7 Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.
- 1.8 ~~Respeitar a opção dos povos indígenas quanto à oferta de educação infantil, por meio de mecanismos de consulta prévia e informada.~~

ALTERADA PELA LEI Nº 1146/2017, com a seguinte redação:

- 1.8 Respeitar o direito dos povos indígenas tendo em vista as especificidades da cultura dos povos indígenas quanto à oferta da Educação Infantil por meio de mecanismos de consulta previa e informada.
- 1.9 Fomentar o acesso à creche e a pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil, e garantindo a criança o acompanhamento de profissional especializado.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.



META 2 - ESTRATÉGIAS:

2.1 Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental.

2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.

2.3 Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

2.4 Manter programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas do campo, bem como de produção de material didático e de formação

de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas.

2.5 Manter programas de formação de pessoal especializado, de produção de material didático e de desenvolvimento de currículos e programas específicos para educação escolar nas comunidades indígenas, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena.

2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo e da educação indígena.

2.7 Estimular a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.

2.8 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região.

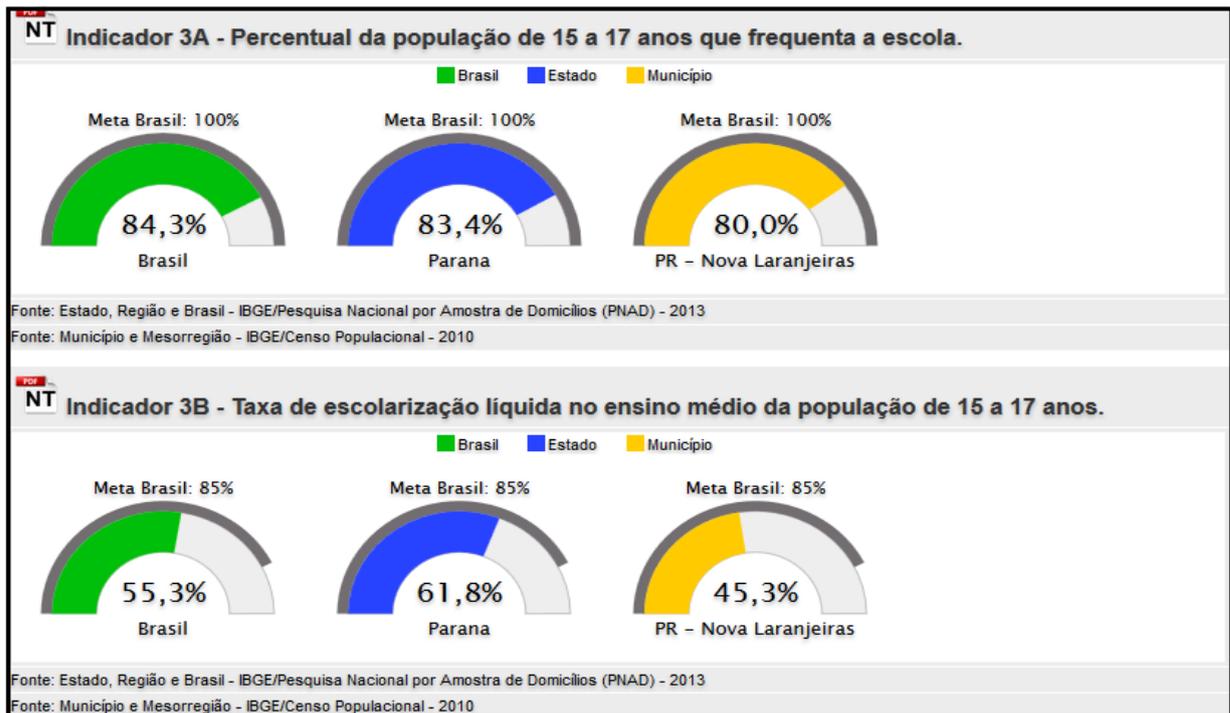
2.9 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.

2.10 Universalizar o acesso à rede internet banda larga e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

2.11 Promover, através de planejamento conjunto entre secretarias municipais de Educação, a aproximação entre propostas pedagógicas das redes municipais e da rede estadual de ensino, a partir do desenvolvimento de políticas de formação docente e da análise das ações desencadeadas no conjunto das redes de ensino, visando ao alcance da meta;

META 3 – ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).



META 3 - ESTRATÉGIAS:

3.1 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência, garantindo, em regime de colaboração, a frequência e o apoio a aprendizagem.

~~3.1 Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com o Conselho tutelar e a Assistência Social.~~

ALTERADA PELA LEI Nº 1146/2017, com a seguinte redação:

3.1 Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com Conselho Tutelar, Assistência Social, escolas estaduais e NREs,

buscando subsídios com Universidades para oferecer cursos de caráter vocacional de modo a incentivar os estudantes a se conhecerem melhor e se prepararem para o futuro, ganhando tempo e planejando melhor suas decisões

3.2 Programar ações para prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero.

3.3 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes, levando-se em conta a realidade que a escola está inserida e a legislação vigente;

3.4 Implantar laboratórios de ciências, física, química e informática nas Instituições de Ensino com recursos disponibilizados da Esfera Estadual.

3.5 Estimular, através de projetos específicos, a troca de experiências entre as redes de ensino municipal e estadual, objetivando, durante a vigência deste Plano, a garantia de educação com qualidade.

META 4 – INCLUSÃO

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.



META 4 – ESTRATÉGIAS:

4.1 Contabilizar, para fins de repasse do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular;

4.2 Implantar salas de recursos multifuncionais em todas as escolas de acordo com a legislação vigente, e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar nas escolas urbanas e do campo;

4.3 Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular onde atue o professor regular juntamente com um professor especializado para o atendimento individualizado ao aluno;

4.4 Implementar programa de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, de materiais didáticos, recursos de tecnologia assistida e oferta da educação bilíngue (língua portuguesa/ LIBRAS), conforme a demanda;

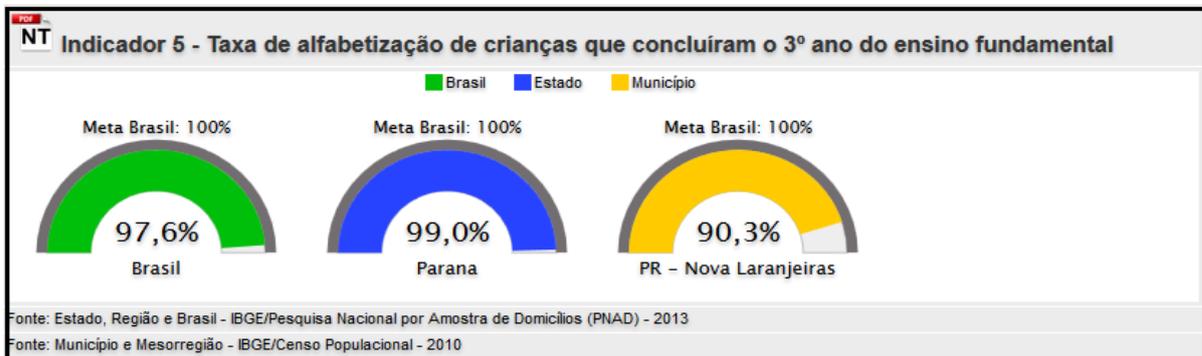
4.5 Ofertar o transporte acessível, conforme a demanda.

META 5 – ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

~~Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano de ensino fundamental.~~

Lê-se:

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental.



META 5 - ESTRATÉGIAS:

5.1 Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de ~~três anos~~ dois anos a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.

5.2 Aplicar exame periódico específico para aferir a alfabetização das crianças, e estimular que cada escola possa aplicar sua avaliação de acordo com a realidade.

5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologia educacional para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

~~5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes,~~

~~consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. Garantir que a Secretaria Municipal de Educação ofereça cursos específicos sobre tecnologias.~~

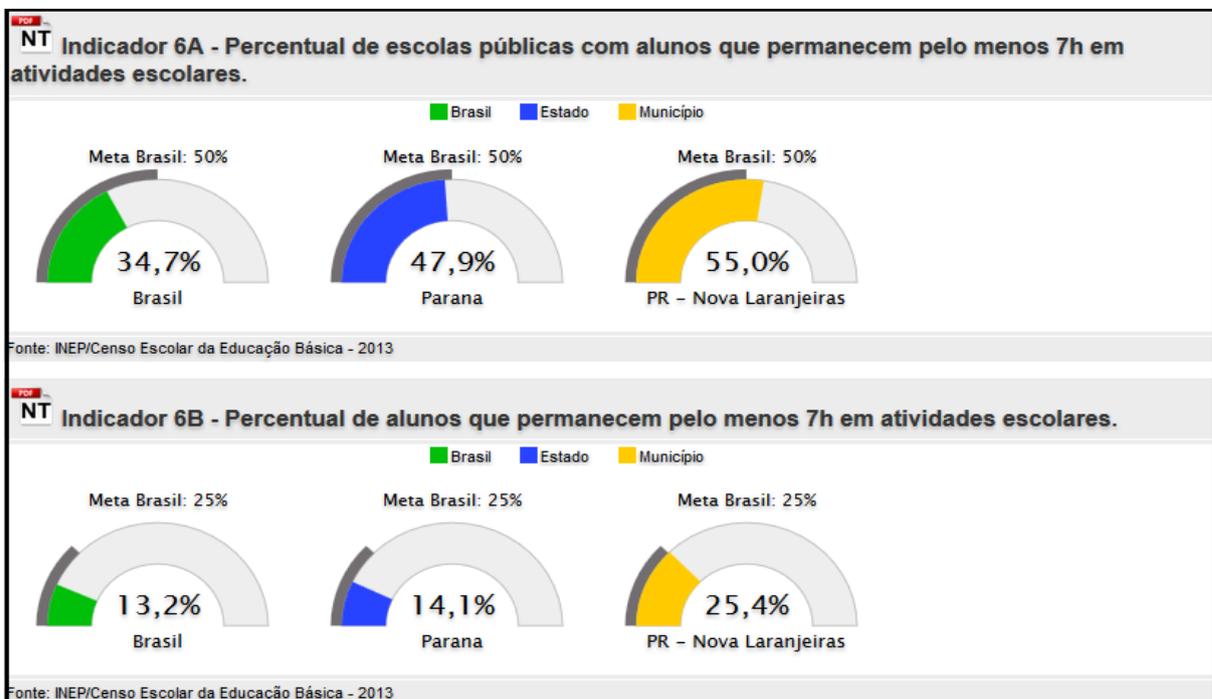
ALTERADA PELA LEI Nº 1146/2017, com a seguinte redação:

5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. A Secretaria Municipal de Educação devesse buscar parcerias junto as Universidades para então oferecer capacitação tecnológica, tanto para alunos, quanto para os professores.

5.5 Apoiar a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades.

META 6 – EDUCAÇÃO INTEGRAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.



META 6 – ESTRATÉGIAS:

~~6.1 Manter e ampliar programa nacional de ampliação da jornada escolar, estendendo-a progressivamente mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.~~

ALTERADA PELA LEI Nº 1146/2017, com a seguinte redação:

6.1 Manter, ampliar e promover com o apoio da União o programa nacional de ampliação da jornada escolar, estendendo-a progressivamente mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.

6.2 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.3 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

6.4 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.5 Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

6.6 Atender as escolas do campo na oferta de educação integral considerando as peculiaridades locais.

6.7 Garantir que a Secretaria Municipal de Educação forneça cursos de formações para secretários e diretores sobre o sistema do governo federal e do

Estado sobre adesão e prestação de contas em Programas do Governo Estadual e Federal.

6.8 Garantir a troca de experiências entre as escolas do município.

META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA/IDEB

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

4ª série / 5º ano													
Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
NOVA LARANJEIRAS	4,2	4,8	4,6	5,1	5,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4

8ª série / 9º ano													
Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
NOVA LARANJEIRAS	3,7	4,4	4,4	4,7	4,2	3,7	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7

META 7 - ESTRATÉGIAS:

7.1 Definir e implementar dinâmicas curriculares de formação e de avaliação que favoreçam uma aprendizagem mais significativa para o aluno, com ação reflexiva na prática pedagógica do professor, sendo assim essa ação será desenvolvida pela equipe pedagógica e corpo docente;

7.2 Acompanhar e divulgar os resultados do IDEB nas escolas, principalmente nas reuniões pedagógicas com objetivo de discutir e refletir buscando uma equidade na educação;

7.3 Enfrentar as dificuldades sociais e ampliar o acesso a escola;

~~7.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a melhoria no fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos;~~

ALTERADA PELA LEI Nº 1146/2017, com a seguinte redação:

7.4 Fomentar e buscar subsídios por meio de programas o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a melhoria no fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos;

7.5 Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar;

7.6 Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da lei N º 10639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008;

7.7 Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.

7.8 Sexualidade Humana.

7.9 Educação Ambiental Lei Federal nº 9795/99, Dec. 4201/02.

7.10 Educação Fiscal.

7.11 Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente.

7.12 Trabalhando com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

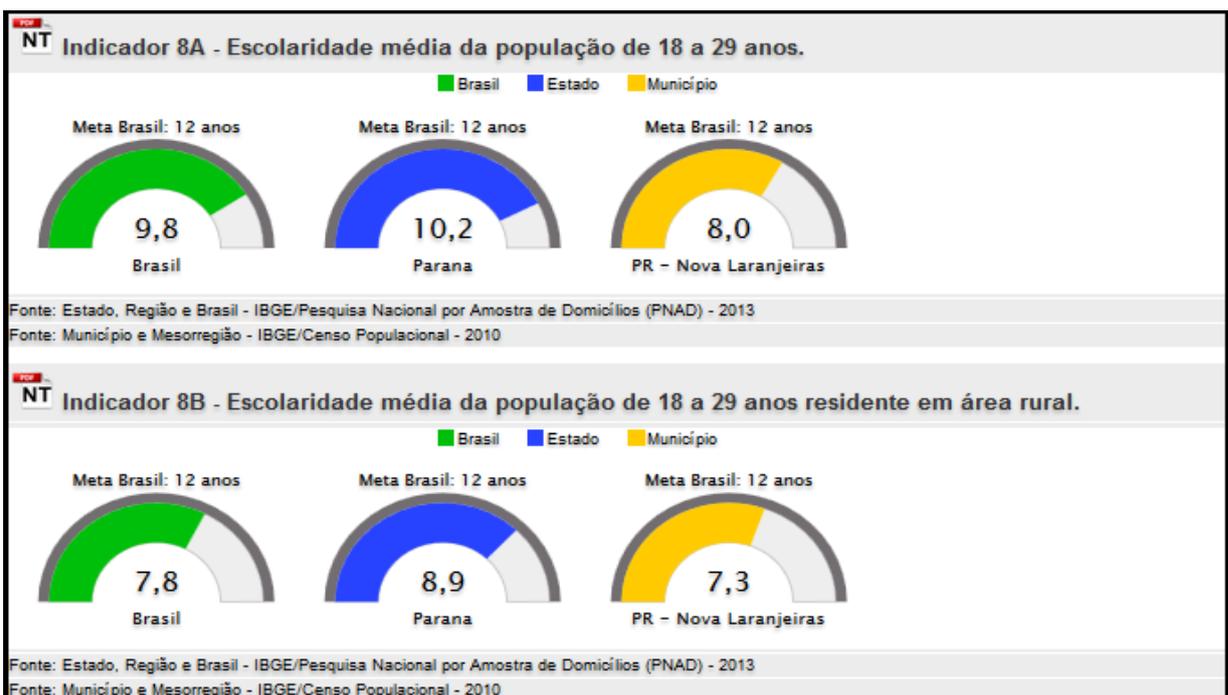
7.13 Educação Tributária Dec. No 1143/99, Portaria no 413/02.

7.14 Envelhecimento Saudável. - Estatuto do Idoso.

7.15 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica, acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; equipamentos e laboratórios.

META 8 – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

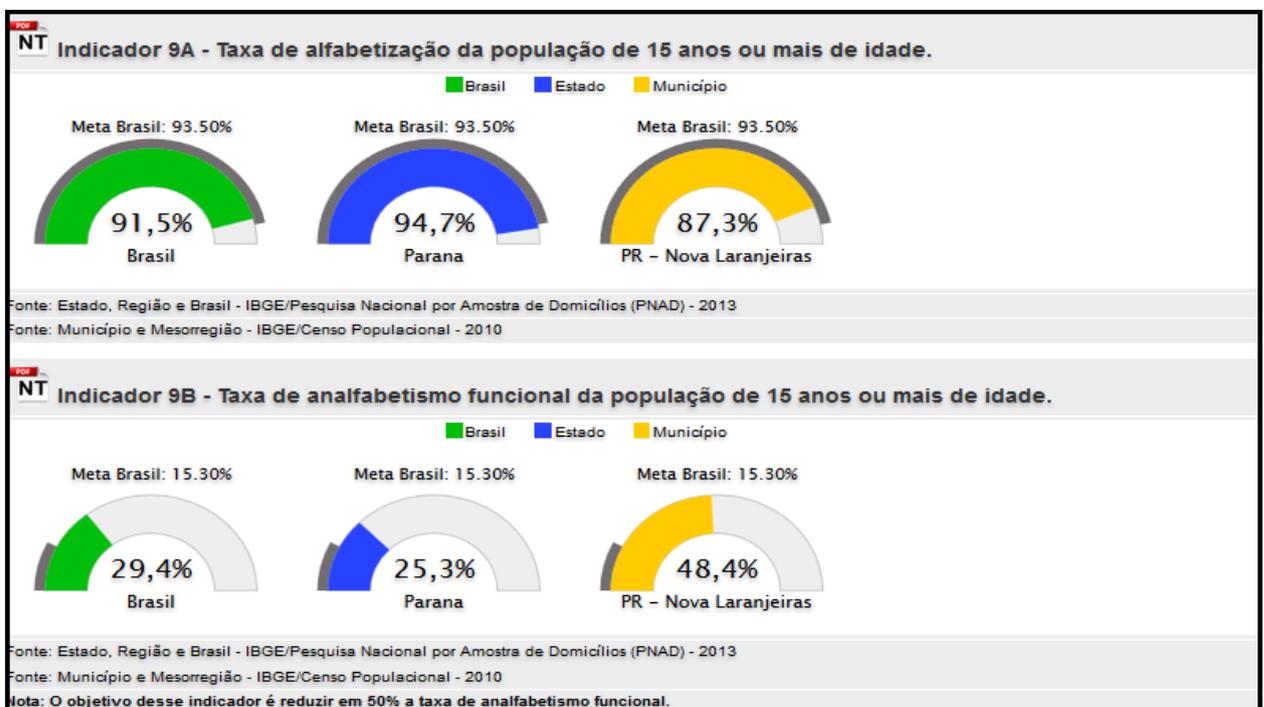


META 8 – ESTRATÉGIAS:

- 8.1 Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série;
- 8.2 Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio;
- 8.3 Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola, identificando motivos de ausência e baixa frequência para garantia da mesma e apoio à aprendizagem.
- 8.4 Promover busca ativa de jovens e adultos fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde;

META 9 – ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.



META 9 – ESTRATÉGIAS:

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso a educação básica na idade própria;

9.2 Programar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

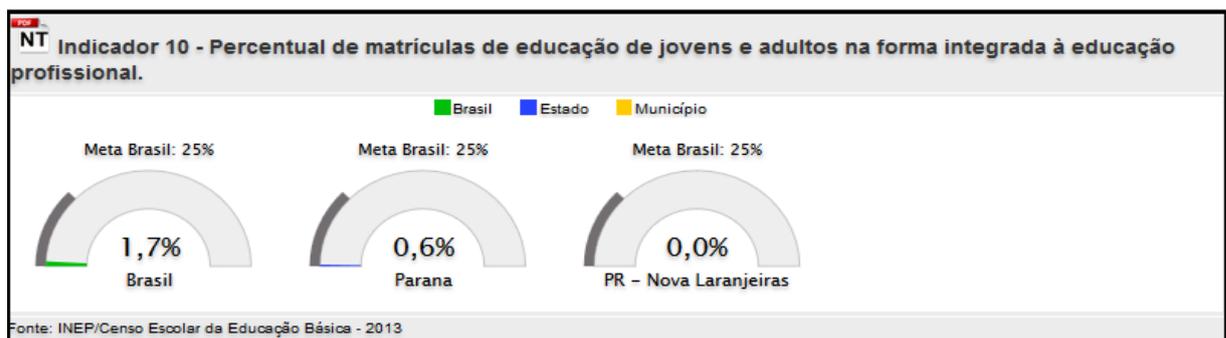
9.3 Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem;

9.4 Realizar um diagnóstica dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.5 Sensibilizar por meio da mídia (imprensa falada e escrita) através de chamadas (propagandas), de maneira a atender esse público alvo.

META 10 – EJA INTEGRADA

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.



META 10 - ESTRATÉGIAS:

~~10.1 Fomentar o desenvolvimento de currículos, material didático e metodologias específicas para a avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de Jovens e Adultos integrados a Educação Profissional;~~
ALTERADA PELA LEI Nº 1146/2017, com a seguinte redação:

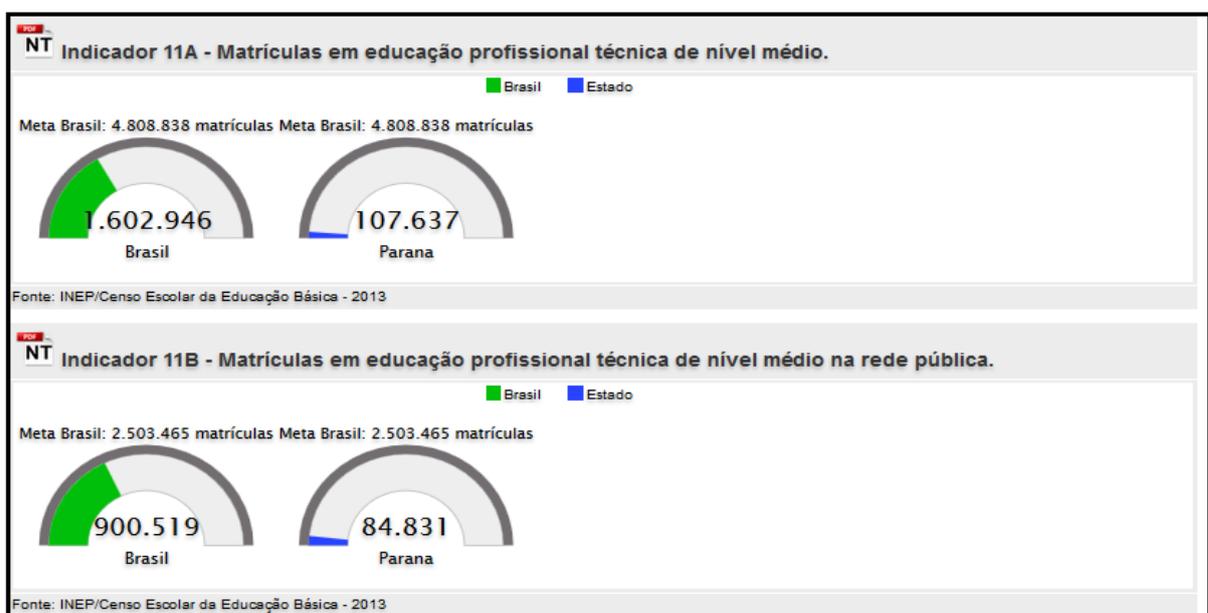
10.1 Fomentar e fortalecer os mecanismos de parceria com empresas para desenvolvimento de currículos, material didático e metodologias específicas para a avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de Jovens e Adultos integrados a Educação Profissional;

10.2 Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para Jovens e Adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter – relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos, produção de material didático e específico e formação continuada de professores.

10.3 Programar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação e continuada, de maneira a valorizar o trabalho de quem vive no campo em parceria com o PRONATEC.

META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.



META 11 - ESTRATÉGIAS:

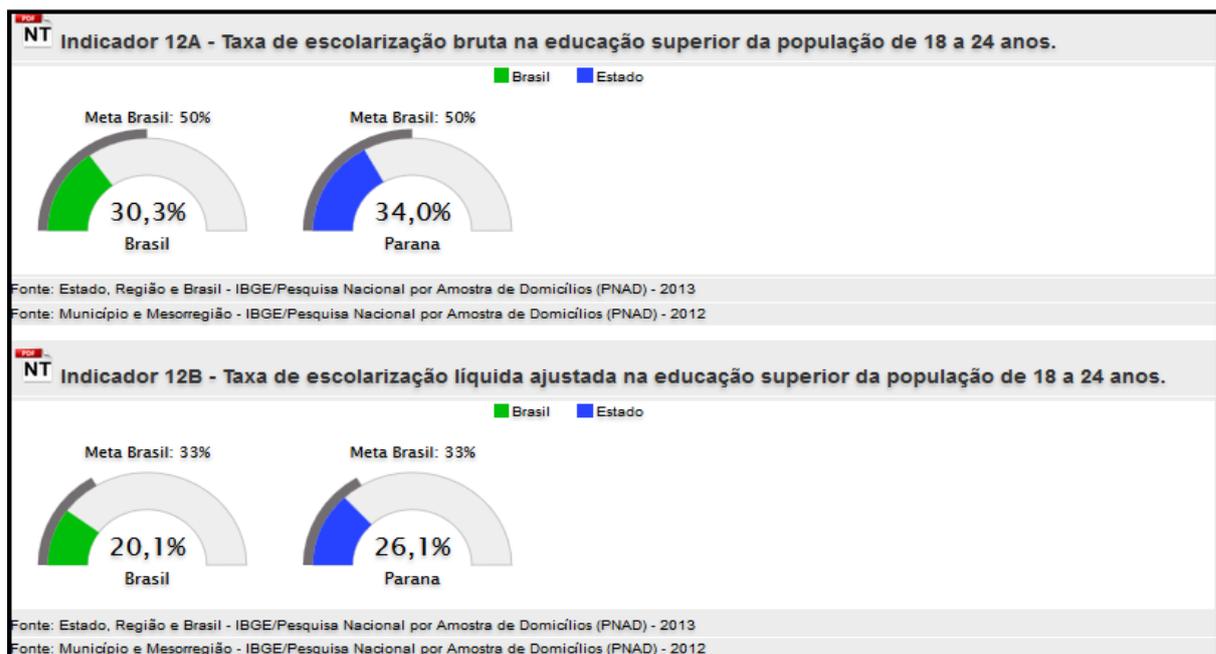
11.1 Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.2 Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita;

11.3 Expandir o atendimento do ensino médio à formação profissional de acordo com os interesses e necessidades da população.

META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.



META 12 – ESTRATÉGIAS:

12.1 Divulgar a existência do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, de que trata a Lei Nº 10.260 de 12 de julho de 2001;

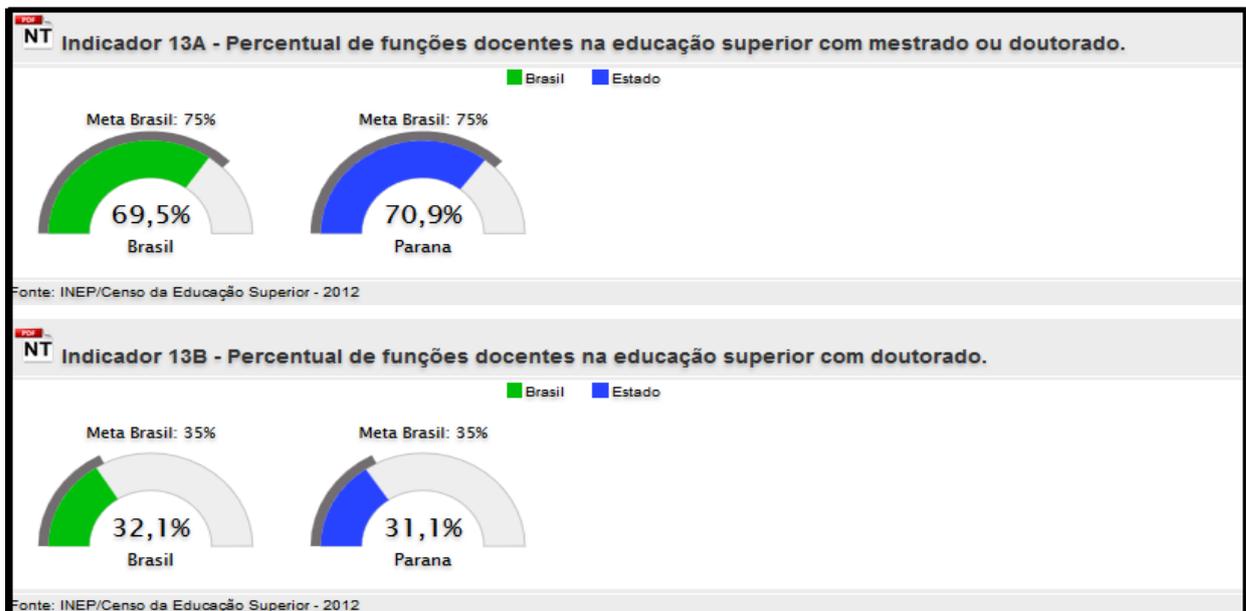
12.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades do desenvolvimento do município, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.3 Informatizar, e adquirir livros para a Biblioteca pública;

12.4 Incentivar as Instituições de Ensino Superior – IES – a ofertarem cursos de extensão que atendam demandas de educação continuada de Jovens e adultos, com ou sem formação de nível superior.

META 13 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.



META 13 - ESTRATÉGIAS

13.1 Valorizar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de Pós Graduação stricto sensu.

META 14 – PÓS – GRADUAÇÃO

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.



META 14 – ESTRATÉGIAS:

14.1 Divulgar a expansão do financiamento estudantil por meio do FIES, à pós – graduação stricto-sensu;

14.2 Incentivar a expansão da oferta de curso de pós – graduação por meios de recursos e tecnologias a distância;

META 15 – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

META 15 – ESTRATÉGIAS:

15.1 Incentivar a iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública;

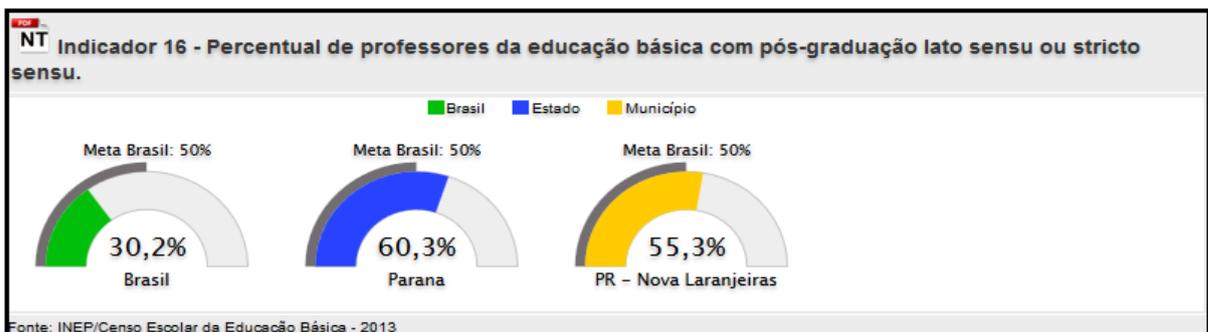
15.2 Fomentar a criação de cursos e programas especiais para assegurar a formação específica em sua área de atuação aos docentes com formação de nível

médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

15.3 Programar ações específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, comunidades indígenas e educação especial;

META 16 – FORMAÇÃO

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.



META 16 - ESTRATÉGIAS:

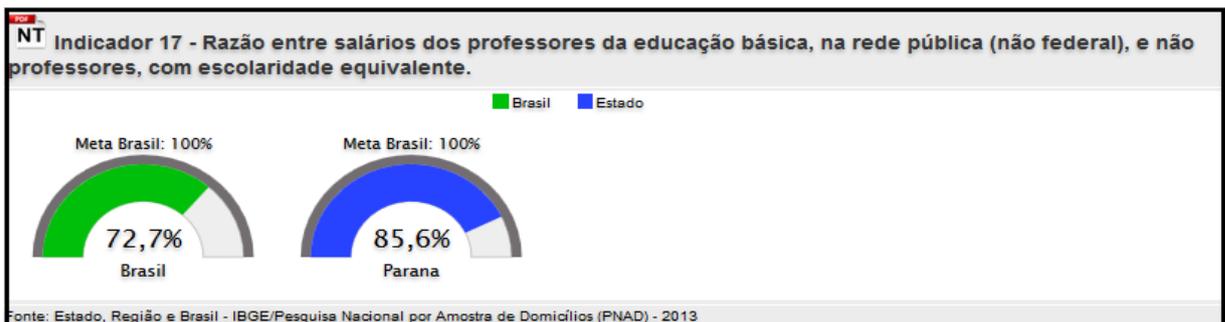
16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos

municípios. Garantir formação continuada para todos os profissionais da educação do município;

16.2 Manter nos planos de carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas para qualificação profissional em nível de pós graduação stricto sensu, de acordo com a legislação vigente.

META 17 – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.



META 17 - ESTRATÉGIAS:

17.1 Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2 Revisar e adequar os Planos de Cargos e Salários de acordo com a legislação vigente, valorizando a formação continuada e o tempo de serviço.

META 18 – PLANOS DE CARREIRA

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

META 18 - ESTRATÉGIAS:

18.1 Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir em seu quadro de profissionais do magistério, noventa por cento de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício na rede pública de educação básica.

18.2 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação nos Planos de Carreira;

META 19 – GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

META 19 – ESTRATÉGIAS:

19.1 Instituir lei municipal que define critérios de participação da comunidade escolar na eleição de diretores das escolas municipais e dos CMEI.

19.2 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação das propostas pedagógicas, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

META 20 – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

META 20 - ESTRATÉGIAS:

20.1 Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública;

20.2 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário educação;

20.3 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;

3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso do Plano Municipal de Educação no município de Nova Laranjeiras depende não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência. A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, na figura do Dirigente Municipal de Educação. Além dela, desempenhará também um papel essencial nessas funções o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada.

Faz-se necessário que algumas entidades da sociedade civil diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidos, sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas deste Plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento, da inclusão social e da cidadania plena.

O PME é um documento de estratégias de políticas de educação que incluem, intrinsecamente, a intenção de avaliação conforme o previsto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do município, na LDB e nas metas do Plano Nacional de Educação.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada de forma contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Além da avaliação contínua da execução do PME, deverão ser feitas avaliações periódicas.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro – CEP: 85350-
000 Fone: (42) 36371148

• **LEI Nº 1146/2017 DE 31 DE JULHO DE 2017.**

Aprova a avaliação e adequação nas estratégias das metas nº 01, 03, 05, 06, 07 e 10 do Plano Municipal de Educação - PME, ratificado pela Lei Municipal nº 1047/2015, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam aprovadas as avaliações, adequações e monitoramentos realizados pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação nas estratégias para cumprimento das metas nº 01, 03, 05, 06, 07 e 10 do Plano Municipal de Educação – PME, ratificado pela Lei Municipal nº 1047/2015, para o decênio 2015 - 2025.

Parágrafo Único: Compõem as estratégias para cumprimento das metas acima relacionadas, as Notas Técnicas realizadas pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, conforme inconsistências verificadas no Plano Municipal de Educação – PME.

Art. 2º. As avaliações periódicas estabelecidas no Plano Municipal de Educação – PME ocorrerão a cada dois anos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.



JOSE LINEU GOMES
Prefeito Municipal

Publicado Jornal Correio do Povo – 01/08/2017 – Edição 2697 – Pg 2ª

Ficam aprovadas as avaliações, adequações e monitoramentos realizados pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, conforme Lei Nº 1146/2017, acima anexada, nas estratégias para cumprimento das metas nº 01, 03, 05, 06, 07 e 10 do Plano Municipal de Educação – PME, ratificado pela Lei Municipal nº 1047/2015, para o decênio 2015 - 2025.

META 1 - ESTRATÉGIA

1.8 - Respeitar o direito dos povos indígenas tendo em vista as especificidades da cultura dos povos indígenas quanto à oferta da Educação Infantil por meio de mecanismos de consulta previa e informada.

META 3 - ESTRATÉGIA

3.1 Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com Conselho Tutelar, Assistência Social, escolas estaduais e NREs, buscando subsídios com Universidades para oferecer cursos de caráter vocacional de modo a incentivar os estudantes a se conhecerem melhor e se prepararem para o futuro, ganhando tempo e planejando melhor suas decisões

META 05 – ESTRATÉGIA

5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. A Secretaria Municipal de Educação devesse buscar parcerias junto as Universidades para então oferecer capacitação tecnológica, tanto para alunos, quanto para os professores.

META 06 – ESTRATÉGIA

6.1 Manter, ampliar e promover com o apoio da União o programa nacional de ampliação da jornada escolar, estendendo-a progressivamente mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.

META 07 – ESTRATÉGIA

7.4 Fomentar e buscar subsídios por meio de programas o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a melhoria no fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos;

META 10 – ESTRATÉGIA

10.1 Fomentar e fortalecer os mecanismos de parceria com empresas para desenvolvimento de currículos, material didático e metodologias específicas para a avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de Jovens e Adultos integrados a Educação Profissional.

